Estácio

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ESTÁCIO DA AMAZÔNIA**

CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ELISEANE CARDOSO MOURA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:

Mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário

Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de

2016 a 2017

BOA VISTA-RR

2018

ELISEANE CARDOSO MOURA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:
Mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário
Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de
2016 a 2017**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro Universitário Estácio da Amazônia como
requisito para o diploma de Bacharel em Serviço
Social.**

**Orientação Prof.^a Dr^a Sandra Regina Oliveira Passos de
Bragança Ferro.**

**BOA VISTA-RR
2018**

Estácio

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ESTÁCIO DA AMAZÔNIA**

CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ELISEANE CARDOSO MOURA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:

**Mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário
Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de
2016 a 2017**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro Universitário Estácio da Amazônia como
requisito para o diploma de Bacharel em Serviço
Social.**

Banca Examinadora:

**Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro
Professora Orientadora**

Prof.^a Msc Jéssica da Silva Barreto

Prof.^a Msc Neilza dos Santos Firmino

**BOA VISTA-RR
2018**

Dedico este trabalho a todos aqueles que desejam expandir seus conhecimentos na área do Serviço Social e assim, fazer a diferença na vida de muitas pessoas com sua contribuição profissional e de grande valia na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Deus, esse ser maravilhoso dono da vida, que concedeu força e determinação.

À minha família, meu esposo Jesus e filhos Letícia, Lucas, Jhon e Elias (in memorian), minha mãe e irmãos, por serem meus principais incentivadores ao estudo e resiliência.

Aos meus professores que grandiosamente e de forma intencional, propuseram referência e entusiasmo nessa empreitada, Profs. Sandra Ferro que humildemente dedicou seu tempo a orientação e ensino na disciplina de Pesquisa Social I, II e III e neste trabalho de conclusão de curso, Jéssica Barreto (co-orientadora), Liandra Borges e Keliene Ferreira (primeiros incentivos ao serviço social), Karla Herreira, Lady Mara, Neilza Firmino, Gracileide Lopes, Joselita Peixoto, Édio e Moisés, e aos amigos que fiz durante essa jornada.

Gratidão!

“A excelência do conhecimento, simplesmente é, consequência do esforço de cada momento que se enfrentou nas dificuldades e superou a si próprio, em suas próprias limitações” (Autoria Própria, 2017).

RESUMO

MOURA. Eliseane Cardoso. ***ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: Mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de 2016 a 2017.*** Curso de Serviço Social. Centro Universitário Estácio da Amazônia.

O objetivo deste estudo foi analisar o estágio supervisionado em serviço social através do mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de 2016 a 2017. O estudo apresentou ordem cronológica do serviço social e sua institucionalização perpassando contextualização histórica no cenário internacional e nacional, o estágio supervisionado em serviço social e suas particularidades e ainda, o serviço social no Centro Universitário Estácio da Amazônia no município de Boa Vista-RR dentro de um contexto econômico, político, social e cultural brasileiro. Assim, pergunta-se de que forma tem sido o estágio supervisionado em serviço social como contribuição para a formação acadêmica profissional dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no período de 2016 a 2017 no município de Boa Vista-RR? Desta forma, o estudo utilizou-se de uma metodologia de natureza pura, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica, de campo e de dados obtidos através de artigos, revistas, periódicos e livros, a análise de dados foi de conteúdo através de dados estatísticos descritivos. Os resultados apontam a contribuição na formação acadêmica profissional dos discentes como geradora de profissionais qualificados e aptos para competir no mercado de trabalho na perspectiva interventiva para o serviço social nas áreas da assistência social, saúde, meio ambiente, agricultura, educação, direitos humanos e sociais, objetivando aos discentes uma preparação para lidar com: as expressões e refrações da questão social, como violência urbana, contra a mulher, crianças e adolescentes, pessoa com deficiência, idosos, população de rua e, ainda, nas políticas sociais e públicas das instituições públicas e privadas que priorizam o atendimento à população usuária do serviço social no município de Boa Vista-RR. Assim, o profissional assistente social qualificado e capacitado em sua atuação no exercício profissional interventivo no município de Boa Vista-RR será um prestador de serviços de qualidade junto à população usuária.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Serviço Social. Centro Universitário Estácio da Amazônia.

ABSTRACT

MOURA, Eliseane Cardoso. *STAGE SUPERVISED IN SOCIAL SERVICE: Mapping of the areas of activity of the students of the Estácio da Amazônia University Center in the Municipality of Boa Vista-RR from 2016 to 2017*. Social Work Course. Estácio da Amazônia University Center.

The objective of this study was to analyze the supervised internship in social service through the mapping of the areas of activity of the students of the Estácio da Amazônia University Center in the Municipality of Boa Vista-RR from 2016 to 2017. The study presented chronological order of social service and its institutionalization through historical contextualization in the international and national scenario, the supervised internship in social service and its particularities and also, the social service in the Estácio da Amazônia University Center in the municipality of Boa Vista-RR within an economic, political, social and cultural context Brazilian. Thus, we ask ourselves how the supervised internship in social service has contributed to the professional academic formation of the students of the Estácio da Amazônia University Center from 2016 to 2017 in the municipality of Boa Vista-RR? In this way, the study used a pure nature methodology, with a qualitative and quantitative, exploratory, descriptive, bibliographic, field and data obtained through articles, journals, periodicals and books, data analysis was content through descriptive statistical data. The results point to the contribution in the professional academic formation of the students as a generator of qualified professionals able to compete in the labor market in the intervention perspective for social service in the areas of social assistance, health, environment, agriculture, education, human rights and social, aiming to the students a preparation to deal with: the expressions and refractions of the social question, such as urban violence, against women, children and adolescents, people with disabilities, the elderly, the street population, and social and public policies of public institutions and private partnerships that prioritize the service to the population that uses social services in the municipality of Boa Vista-RR. Thus, the professional social worker qualified and qualified in his role in the professional practice of intervention in the municipality of Boa Vista-RR will be a provider of quality services to the user population.

Keywords: Supervised Internship. Social service. Estácio da Amazônia University Center.

LISTA DE ABREVIATURAS

- (**ABEPSS**) Associação Brasileira de Pesquisa Serviço Social
- (**CBCISS**) Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
- (**CEAS**) Centro de Estudos e Ação Social
- (**CFESS**) Conselho Federal de Serviço Social
- (**CNPq**) Conselho Nacional de Pesquisa
- (**CPC**) Centro Popular de Cultura
- (**CRAS**) Centro de Referência de Assistência Social
- (**CRESS**) Conselho Regional de Serviço Social
- (**CREAS**) Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- (**DOU**) Diário Oficial da União
- (**FMI**) Fundo Monetário Internacional
- (**IFRR**) Instituto Federal de Roraima
- (**LBA**) Legislação Brasileira de Assistência
- (**LDB**) Lei de Diretrizes e Base da Educação
- (**LGBT**) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- (**LIPPSoc**) Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social
- (**MCP**) Movimento de Cultura Popular
- (**MEB**) Movimento de Educação de Base
- (**NSJ**) Núcleo Sócio Jurídico
- (**PNE**) Política Nacional de Estágio
- (**PPC**) Plano Pedagógico do Curso
- (**PROSSEA**) Projeto de Extensão Serviço Social Educação Ambiental
- (**PROESSDH**) Projeto de Extensão Serviço Social Direitos Humanos
- (**PROESSE**) Projeto de Extensão Serviço Social e Educação
- (**SEBRAE**) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- (**SENAC**) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- (**SESC**) Serviço Social do Comércio
- (**SMGES**) Secretaria Municipal de Gestão Social
- (**SESAU**) Secretaria de Saúde
- (**TJ**) Tribunal de Justiça
- (**UFRR**) Universidade Federal de Roraima

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	13
2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL.....	13
2.2 PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	16
2.3 A PRESENÇA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO BRASIL.....	27
3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E SUAS PARTICULARIDADES.....	30
3.1 REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.....	30
3.2 O <i>LOCUS</i> INSTITUCIONAL.....	36
3.3 RELAÇÃO ESTÁGIO E ASSISTENTE SOCIAL.....	39
3.4 RELAÇÃO INSTITUIÇÃO ACADÊMICA X DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL.....	43
4 SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA.....	46
4.1 METODOLOGIA.....	46
4.2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	49
4.3 SERVIÇO SOCIAL EM RORAIMA.....	51
4.3.1 Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social (LIPPSoc)	58
4.3.1.1 Projeto de Extensão Serviço Social na Educação -PROESSE.....	60
4.3.1.2 Projeto de Extensão Serviço Social Educação Ambiental-PROSSEA.....	60
4.3.1.3 Projeto de Extensão Serviço Social Direitos Humanos-PROESSDH.....	61
4.3.1.4 Projeto de Extensão Serviço Social Núcleo Sócio Jurídico-NSJ.....	62
4.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DE 2016 A 2017.....	62
5 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso entende-se que o Estágio Supervisionado em Serviço Social como parte integrante obrigatória nos currículos acadêmicos tem sido de grande importância para a comunidade acadêmica como forma de aprendizagem prática, assim como para atuação dos profissionais nos setores públicos e privados (BURIOLLA, 2011).

Em Boa Vista (RR), o Centro Universitário Estácio da Amazônia destaca-se como instituição de ensino privada como referência de educação de nível superior formando, qualificando e capacitando profissionais com ensino de qualidade, dentre as quais destaca-se neste trabalho o Curso de Bacharelado em Serviço Social, inserindo-os nas áreas da saúde, educação, meio ambiente, sócio jurídico, direitos humanos, gestão e áreas afins.

Nesse sentido, a compreensão do estágio supervisionado em serviço social como parte integrante e essencial da formação profissional, se faz mediante e necessária desmistificação da leitura na cena contemporânea, ao que é inerente as expressões da questão social, esta, que se torna objeto de estudo, análise, investigação e pesquisas científicas para o assistente social (BURIOLLA, 2011).

Nesta perspectiva, a pergunta problema que norteou o Trabalho de Conclusão de Curso foi: de que forma acontece a contribuição para formação acadêmica dos discentes de serviço social no Centro Universitário Estácio da Amazônia no período de 2016 a 2017?

Assim, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar através do mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de 2016 a 2017 e os objetivos específicos apresentou-se o serviço social e sua institucionalização, o estágio supervisionado em serviço social e suas particularidades e ainda, o serviço social no Centro Universitário Estácio da Amazônia.

A importância deste tema surgiu em decorrência do interesse em elaborar um mapeamento das áreas de atuação dos discentes em serviço social a partir da experiência vivenciada como estagiária na Coordenação do Curso de Serviço Social.

O estudo foi viável pelas diversas contribuições de autores como LEWGOY, Alzira Maria Baptista (2010, 2016); BURIOLLA, Marta Alice Feiten (2008, 2011); FALEIROS, Vicente de Paula (2011); IAMAMOTO, Marilda Villela (2007, 2014), dentre outros.

A metodologia utilizada neste estudo consistiu na articulação de métodos onde o passo a passo auxilia na produção do trabalho. Desse modo, é o caminho do pensamento e a

prática exercida na abordagem da realidade, isto é, inclui de forma sistemática a teoria da abordagem (método), instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade pessoal e sensibilidade), (MINAYO, 2001). Assim, a metodologia da pesquisa classifica-se quanto a sua natureza, aos seus objetivos, aos procedimentos e a abordagem.

A pesquisa compreenderá a metodologia de natureza pura (GIL, 2012), com uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2012) e quantitativa (MICHEL, 2009), o nível de aprofundamento foi exploratório e descritivo (THIOLLENT, 2004), bibliográfica e de campo utilizando-se de dados obtidos através de artigos e livros (SEVERINO, 2007). A análise dos dados foi de conteúdo estatísticos descritivos.

Nessa perspectiva, a hipótese levantada foi de que o Centro Universitário Estácio da Amazônia contribuiu efetivamente com o processo de formação dos (as) acadêmicos (as) em Serviço Social no período de 2016 a 2017.

O trabalho está dividido em três partes, no capítulo um apresenta o Serviço Social e sua institucionalização, o serviço social e questão social, o processo histórico em fases de Mary Richmond até o Projeto Ético Político de 1993, o estágio supervisionado e sua regulamentação no Brasil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 e a Política Nacional de Educação de nível superior com instituições de ensino privadas a partir de acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No capítulo dois, apresenta o Estágio Supervisionado em Serviço Social e suas particularidades, o *lócus* institucional, a relação estágio e assistente social, a relação entre instituição como campo de estágio e de supervisores e discentes nesse universo de simultaneidades na construção da educação superior como aquela que viabiliza para o mercado de trabalho através da investigação em cada contexto profissional.

No capítulo três, analisa o Serviço Social na Instituição de Ensino, ofertado anteriormente pela Faculdade Atual até o Centro Universitário Estácio da Amazônia, como contribuição para formação profissional acadêmica de nível superior em serviço social, apresenta o serviço social em Roraima e os laboratórios de práticas profissionais do serviço social e suas temáticas, e ainda, o estágio supervisionado obrigatório como beneficiador à formação profissional, tendo em vista que o mercado de trabalho têm se expandido para atuação dos profissionais de Serviço Social e sendo motivo de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho.

2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

O primeiro capítulo deste trabalho, apresenta a forma como aconteceram os fatos para o surgimento da ligação entre o serviço social e a questão social em cenários sociais diferenciados, mas, que de formas distintas compreendem a leitura de realidades passadas e contemporâneas da relação capital *versus* trabalho¹ e entendimento para atuação profissional como *práxis*² do assistente social frente as demandas sociais das expressões da questão social que tem na própria questão social objeto de seu trabalho profissional.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL

Em sentido mais amplo, para Netto (2000) a palavra questão social foi utilizada a partir do século XIX, dando sentido ao fenômeno após impacto industrial capitalista, relação marcada pela desigualdade dos despossuídos de condições materiais de subsistência, ou seja, a classe proletária, desencadeando uma pobreza extrema principalmente na Europa Ocidental, tais expressões e manifestações da classe operária reivindicavam pelas péssimas condições de trabalho e desumanas.

Nessa perspectiva, entende-se que, na Europa, os operários viviam com a miséria e exploração decorrente da industrialização e desenvolvimento do capitalismo³, assim, o aumento da dimensão da questão social, levou a Igreja a se posicionar frente a demandas e reivindicações de classes trabalhadoras. Desta forma, nesse cenário de vulnerabilidades e miserabilidades permitiram que adentrasse a caridade e filantropia como formas de sugerir uma resposta a sociedade através do assistencialismo (AGUIAR, 2011).

Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema de modo de produção capitalista⁴, destruindo máquinas responsabilizando-as pelos problemas sociais enfrentados por eles, entre eles a exploração da mão-de-obra, criando conflitos com o proletariado. Assim, o cenário social para muitos trabalhadores que perderam seus empregos era de começar a fazer revoluções e manifestações nas portas das fábricas e a violentarem outros trabalhadores (HOBBSAWM, 1977).

¹ O capitalismo, em termos marxistas, só é possível quando a organização da sociedade e da economia é, de um modo geral, determinada pela exploração, por parte dos proprietários do capital, de uma classe de trabalhadores assalariados e desprovidos de qualquer propriedade.

² A expressão *práxis* refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres.

³ Embora Marx situe o início da indústria moderna na Inglaterra no último terço do século XVIII, localiza o seu período de desenvolvimento mais rápido entre 1846 e 1866 (*O Capital*, I, cap.XXIII, seção 5). As repercussões da indústria moderna não se limitaram, porém, à Inglaterra.

⁴ A história da produção capitalista pode ser vista como a luta entre a tentativa do capital de aumentar a taxa de mais-valia e a tentativa, de parte da classe trabalhadora, de resistir a este aumento.

Conforme Iamamoto (2014), a questão social, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Dessa forma, a expressão da palavra questão social surge em meio ao cenário identificado por tensões sociais mundiais, originárias de condições sub-humanas do trabalho industrial.

Em circunstâncias posteriores ao avanço do capitalismo industrial mundial, o termo questão social, se apresenta e assume características como forte desigualdade, desamparo, desemprego, fome, doenças, penúria, frutos de situações econômicas na sociedade moderna (NETTO, 2000).

Para Martinelli (2007) o surgimento do Serviço Social como profissão, tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis, articulada ao projeto da burguesia e ainda, na mística ilusão de servir. Pela necessidade de responder as demandas sociais, a emergência de manter a ordem e a paz social nos ambientes de trabalho e agir nas expressões da questão social, frente a situações, percebidas pelo profissional assistente social.

Conforme Fávero (2011) com as transformações nas áreas econômicas, políticas e sociais mundiais, o país, precisou se adaptar a realidades com o aumento expressivo da questão social. Assim, a questão social como fruto das desigualdades sociais no cenário brasileiro, se diversifica em níveis regionais e culturais diferenciadas, principalmente, onde se concentrou grande parte das indústrias.

Desse modo, aponta-se que a classe dominante, recorreu aos agentes sociais para o enfrentamento da questão social, nesse interim, a segunda guerra mundial já dava sinais, e foi nesse contexto, que o número de assistentes sociais crescera praticamente em todo o mundo. Os agentes sociais manteriam o controle social, a harmonia social e que mantivesse longe, revoluções e manifestações contra o sistema capitalista e burguês (MARTINELLI, 2007).

Nesse sentido, Estevão (2006) menciona que os assistentes sociais deixaram de falar em pobre, carente, patologia social, desenvolvimento de comunidade e passaram a falar em mudanças de estrutura, trabalhadores, compromisso com a população. Nessa trajetória, a Igreja Católica uniu-se ao Estado e assim, se definiu e se legitimou diante de suas posições, emergindo o laicado, influenciando na profissão com o assistencialismo e caridade para lidar na questão social.

Para Aguiar (2011) os momentos de conflitos existentes, cada industrial deveria ter um assistente social na fábrica para apaziguar e intermediar no equilíbrio entre os operários e

seus empregadores. A priori para o serviço social, baseava-se no atendimento da clientela que eram formados por trabalhadores das fábricas e uma pequena parte da sociedade burguesa, foi no auge dessas manifestações que o Estado procurou intervir e articular nos problemas existentes.

Como resultado da reestruturação brasileira, Netto (2011) aponta haver necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado, esta intervenção estatal, monopolizada com o intuito de garantir que ele desempenhe múltiplas funções à sociedade, logo, o Estado surge como um subsidiador, resolvendo de maneira parcial os problemas sociais, atendendo primeiramente às necessidades do capital.

Desta forma, “a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação” (PONTES, 2010, p.81). Assim, para compreensão da leitura da nova realidade brasileira, necessitava-se da articulação de um profissional com conhecimento ao que era inerente à questão social, um profissional atuante, operativo, dinâmico, criativo, que formulasse novas propostas nesse novo contexto social.

Nesse sentido, Guerra (2011) indica que o capitalista, possuidor dos meios de produção, compra a força de trabalho e adquire o direito de utilizá-la, por um período de tempo, como melhor lhe convier, assim, a força de trabalho, se transforma em mercadoria. Dessa forma, o assistente social, ao vender sua força de trabalho, se torna um intermediador entre o Estado e trabalhadores, e agem nas Instituições públicas e privadas, concretizando suas ações, é um trabalhador assalariado.

O profissional, colhe informações pessoais, organização e relações familiares, condições de trabalho, renda, saúde, moradia, demandas judiciais, organização comunitária, religiosidade, nível educacional, entre tantas outras situações. Assim, todos os trabalhos executados pelos profissionais assistentes sociais demandam dentro de uma articulação hierárquica institucional (BOURGUIGNOM, 2008).

Nessa perspectiva, as intervenções profissionais acontecem em meio a necessidade de intervir junto aos indivíduos na busca por melhores condições de saúde, educação, moradia, entre outros aspectos, nesse período de transformações societárias, através das ações do Estado e da Igreja que busca atender as carências sociais existentes, responsabilizando o próprio operário por suas ações e desajustamentos, os problemas sociais eram vistos como problemas de ordem moral.

As ações profissionais do assistente social nesse primeiro momento diante dos desajustes sociais objetivavam intervir com ações moralizadoras de forma individual nas instituições, para ajustá-lo socialmente, pois, suas concepções eram norteadas por valores cristãos nesse elo que possuía com a Igreja e suas doutrinas enraizadas na profissão.

Nessa perspectiva, a trajetória do Serviço Social como profissão reconhecida e inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, percebe as mudanças na produção teórica e metodológica para intervenção na nova realidade brasileira, agindo de forma crítica e criativa. As demandas sociais, conduziram a uma exigência maior ao profissional assistente social, no trato das refrações e expressões da questão social, exigindo qualificação acadêmica (BOURGUIGNON, 2008).

Para Netto (2000), na atualidade, questão social se põe tanto para os assistentes sociais de campo quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social, sua definição não é única e seus sentidos se diversificam da relação capital/trabalho, ou seja, das consequências da exploração do capitalismo aos que menos possuem meios de subsistência.

Em suma, as contradições que permeiam entre a relação capital e trabalho para que haja a intervenção profissional do assistente social nas questões que envolvem o cotidiano da sociedade, são variáveis que se reproduzem em cada espaço institucional, não podendo desempenhar de igual modo, ou seja, padronizar sua atuação profissional no atendimento ou intervenção, fato que decorre das transformações oriundas do capitalismo.

2.2 PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

Historicamente, é de suma e necessária importância conhecer e reconhecer como ocorreu a trajetória do Serviço Social em cenários diferenciados que ao longo dos anos possui sua própria evolução nos contextos sociais aos quais foi inserido na sociedade, para isto, apresenta-se neste subitem suas especificidades histórias de maneira que se compreenda durante lapso temporal suas fragmentações.

A origem do Serviço Social está ligada à assistência prestada aos pobres, através da caridade e filantropia, foi por Mary Richmond, por meio das investigações e diagnóstico social, que a profissão se institucionalizou. Assim, entre assistência e caridade, com marcas caritativas e assistencialistas se prolongaram em décadas posteriores à sua ruptura com o conservadorismo, mas, que permanece ainda ligada a esse contexto (ESTEVÃO, 2006).

Nesse sentido, para Alves (2016) a primeira organização da assistência social com princípios de caridade surgiu em Londres em 1833, realizando um levantamento das necessidades das instituições e da sociedade. Assim, a assistência foi analisada como forma de ser utilizada sistematicamente na sociedade, principalmente, aos indivíduos que não possuíam trabalho e suas condições sociais de sobrevivência eram as mínimas possíveis diante do grande aumento da pauperização⁵.

Na Europa, antes de surgir o Serviço Social, nasce a Ação Social, esta que se torna, uma ação mais ampla que visa transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização. Assim, a Ação Social procurava beneficiar aos desassistidos pelo Estado, indivíduos sem vínculos de trabalho, vida social e que viviam à margem da sociedade como ábditos de suas necessidades como seres humanos (AGUIAR, 2011).

O Serviço Social como indica Silva e Silva (2011) como atividade social possui suas bases mais doutrinárias cristãs do que científicas, através da Igreja em interferir sobre a questão social, pelas encíclicas papais Rerum Novarum e Quadragésimo Anno. Desse modo, a filantropia e caridade, vincularam-se no bojo da profissão, pelas regras utilizadas para manter as indústrias sem greves, manifestações ou abusos, ou seja, harmonia e a paz social.

Na América Latina, o Serviço Social se expandiu como fator político e relacionado aos problemas na saúde, os traços indicam que a importância que se obteve para o avanço dos serviços sociais através das ações sociais conduzidas por médicos e visitadoras sociais embora estabelecidos nesses países pôde influenciar ao modelo brasileiro após sua necessidade de construção como fator assistencialista e caritativo no Brasil.

Desse modo, ressalta-se a importância das Primeiras Escolas de Serviço Social no contexto da América Latina com seus objetivos e propostas que fundamentam a influência em contexto brasileiro, posteriormente, aplicados sua forma de ação e abordagens profissionais nas conjunturas em que o Serviço Social no Brasil estava expandindo-se na perspectiva de atender as demandas que surgiriam com o avanço do capitalismo nos segmentos sócios econômicos e culturais.

⁵ Em sua análise do capitalismo, Marx identifica dois tipos de tendências inerentes ao sistema: as tendências inelutáveis ou dominantes.

Quadro 1 - Primeiras Escolas de Serviço Social na América Latina

Ano, Local	Nome da Escola e Fundador	Objetivo e Proposta
1925, Chile	Alejandro Del Río-médico chileno	Ligada à ação do Estado e complementação médica
1929, Chile	Escola Elvira Matte de Cruchaga-Miguel Cruchaga Tocornal	Desenvolveu trabalhos acadêmicos e obras sociais através das visitadoras sociais católicas

Adaptado (2017) Fonte: Manrique Castro (2011)

Destaca-se conforme o quadro 1, a importância da influência destas Escolas de Serviço Social para as Escolas de Serviço Social em cenário brasileiro, embora, suas características iniciais não possuíam distinções, a forma como foram organizadas estruturalmente serviram de modelos para atuação profissional no Brasil, no que tange, ao trato da questão social, principalmente, nas áreas sanitária, social e moral.

Nessa perspectiva, para melhor compreensão em cenário brasileiro do surgimento e emergência para a forma contemporânea da ação do Serviço Social foi necessário historicizar entre as décadas correspondentes aos seus efeitos na sociedade em cada conjuntura e elencar os fatos e correlacioná-los na atuação profissional dos (as) assistentes sociais no desenvolvimento desse processo e suas distinções em diferente espaço-temporal.

No Brasil, o Serviço Social surge como profissão nos anos 1930, em meio a grande turbulência no cenário político, econômico e social, pela conjuntura dos reflexos do avanço e do fortalecimento do capitalismo dentro do contexto mundial. A industrialização no Brasil, fez emergir a necessidade de um profissional com capacidades e habilidades que estivessem ligados diretamente a classe trabalhadora e ainda, ligado a atuação da Igreja Católica em uma visão neotomista, ou seja, na Filosofia de São Tomás de Aquino (FÁVERO, 2011).

Os primeiros profissionais assistentes sociais foram contratados para darem respostas aos seus empregadores industriais, para que agissem em conformidade com seus serviços contratados para que mantivessem esses espaços industriais em perfeita harmonia livre de qualquer agitação ou movimento contrário a paz social, tendo em vista, que nos demais países em desenvolvimento o clima já era de manifestações e movimentos contra o capitalismo industrial.

Para Martinelli (2007, p.123) foi “na esteira do movimento constitucionalista de 1932, que surgiu o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo-CEAS, curso de preparo para o exercício da ação social”. Este, formava, educava e treinava jovens católicas da classe burguesa para atividades sociais e o exercício profissional da Igreja, através da assistência e da caridade, as ações foram se desenvolvendo na sociedade caracterizado como filantropia e o assistencialismo desenvolvido pelas Damas da Caridade através das ações que eram realizadas nesse contexto pelo Estado.

Para um melhor entendimento cronológico de como aconteceu o início das Escolas de Serviço Social no Brasil durante sua fase expansiva para o ensino e seus primeiros objetivos propostos, principalmente, nas grandes Capitais Brasileiras, pois, centravam-se as primeiras grandes indústrias no país, a saber em São Paulo e Rio de Janeiro, destacando-se desde a década de 1930 os primeiros Centros de Ensino e Instituições.

Quadro 2 - Cronologia das Primeiras Escolas e Instituições de Serviço Social no Brasil

Ano	Local	Instituição	Objetivo
1932	SP	CEAS-Centro de Estudos e Ação Social	Oferecia Curso Intensivo de Formação Social para Moças Católicas
1936	SP	CEAS-Escola de Serviço Social pelo Movimento Católico Laico	Ampliação do campo de ação da Assistente Social junto aos poderes públicos
1937	RJ	Instituto de Educação Familiar e Social	Era composto pelo Grupo de Ação Social (GAS)
1940	SP	Instituto de Serviço Social	Especialização de trabalhadores sociais
1940	PE	Escola Técnica de Serviço Social	Iniciativa do Juízo de Menores
1944	RJ	Escola de Serviço Social	Desdobramento masculino do Instituto Social

Adaptado (2017) Fonte: Iamamoto (2014)

Observa-se através do quadro 2, uma ampla visão da expansão do ensino em Serviço Social no Brasil, que foi se adaptando em conformidade com o avanço que o país vivenciava em todos os segmentos sociais na necessidade de lidar com as expressões da questão social que emergiram nessa conjuntura.

Desse modo, o processo de institucionalização e ainda de legitimação da profissão foi possível e está ligada diretamente em 1940 à criação e desenvolvimento de grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais e autárquicas, os Sistemas “S”, LBA e Fundação Leão XIII e ainda, ao favorecimento do desenvolvimento urbano-industrial com as diversas migrações ocorrendo entre campo e cidade (SILVA E SILVA, 2011).

Nessa perspectiva, o Serviço Social passou a ser uma profissão legalmente reconhecida pelo Ministério do Trabalho, desde a Portaria n.35, de 19 de abril de 1949, buscando-se formas de respostas às necessidades através do profissional assistente social que ainda com raízes tradicionalistas e conservadoras manteve-se nessas circunstâncias históricas nas Instituições e Organizações públicas e privadas (ALVES, 2016).

Durante a década de 1950, a profissão dos assistentes sociais demandavam dos interesses da burguesia brasileira, contudo, com as pressões do desenvolvimento urbano industrial a necessidade de criação de instituições que regulamentassem a Previdência Social dos trabalhadores significou um avanço para a classe e ainda, foi nesse período que a ONU (Organização das Nações Unidas) e outros organismos internacionais observaram o método utilizado no Desenvolvimento de Comunidade (DC) utilizado pelos assistentes sociais no controle social brasileiro (SILVA E SILVA, 2011).

Essa conjuntura social para os assistentes sociais culminara em um grande processo de expansão para a classe desenvolver profissionalmente aproximando-se de outras profissões nas áreas sociais, o contato com movimentos sociais organizados, a laicização, crítica interna das ciências sociais e a participação estudantil. Contudo, esse período foi marcado pela ditadura e grande repressão em torno da sociedade que manifestavam através dos movimentos organizados suas lutas por melhores condições de vida em diversos segmentos sociais (MARQUES, 2015).

Para Silva e Silva (2011) foi na década de 1960, durante o avanço do desenvolvimento no Brasil, surge as primeiras tentativas de se mudar a atuação profissional e as lutas por mudanças no bojo da profissão, com a crise política se agravando e gerando

consequências aos setores industriais, os movimentos operários, intelectuais, sindicais, de ação popular e de cultura se manifestavam por reformas em todos os setores sociais.

Segundo Marques (2015) no contexto mundial fatores como: 2ª Guerra Mundial, Guerra Fria, os conflitos ideológicos, políticos e econômicos, produção dos grandes armamentos, a construção do Muro de Berlim, e ainda, a influência das Encíclicas Papais da Igreja Católica na maior parte do mundo, influenciaram decisivamente em diversos setores industriais brasileiros alavancando produção industrial maciçamente, principalmente, na exportação de matérias primas para produção de materiais bélicos.

No contexto brasileiro marcado pelo desenvolvimentismo e da industrialização avançada, a entrada de capital estrangeiro no país, adota-se o modelo neoliberal, que é o total apoio ao Capital Industrial, o país ainda sofre nessa conjuntura, pela crise do Golpe de 64, o início da Segurança Nacional pelo Militarismo e posterior a Ditadura, o poder autocrático assume, visando o combate ao comunismo e a subversão, com repressão e violência deixam marcas profundas na sociedade brasileira (MARQUES, 2015).

Nessa perspectiva, esse momento no Brasil no auge do desenvolvimento industrial, a necessidade de se atender pela explosão dos fenômenos sociais que estavam ocorrendo simultaneamente em algumas capitais, pela grande mescla de culturas e padrões comportamentais, pela chegada de vários imigrantes que fugiam da guerra em seus países, assim como vinham em busca de trabalho e o êxodo rural vivenciado, o assistente social tem seu papel marcado em setores da educação para combater preconceitos, diferenças culturais e religiosas, é visto como um agente de transformação social.

Nessas medidas enfrentadas pelo Estado, ocorre o agravamento da questão social, a sociedade passa a exigir Educação, ampliação da Previdência, Leis Trabalhistas/Rural, combate e prevenção a doenças, habitação popular, abrindo espaço para atuação do profissional assistente social nesses segmentos, que passa a intervir nas disfunções individuais e sociais brasileiras (SILVA E SILVA, 2011).

Para os assistentes sociais, a consciência da realidade do cenário brasileiro já não condizia com o método norte americano utilizado em suas atuações profissionais, com toda a transformação na sociedade ocorrendo e o agravamento da questão social, essa percepção dos profissionais fizeram com que alguns profissionais adotassem posturas diferenciadas na profissão.

Quadro 3 - Posturas decisivas para os profissionais assistentes sociais

1ª postura	Ter visão acrítica da realidade
2ª postura	Ter visão ampla das questões de desenvolvimento por mudanças estruturais da sociedade
3ª postura	Se comprometer com as classes subalternas e se colocar a seu serviço

Adaptado (2017) Fonte: Marques (2015, p.66)

Desse modo, a necessidade da transformação na maneira de agir profissionalmente conforme o Quadro 3 para os assistentes sociais nesse contexto, permitiu-se os questionamentos para atuação profissional iniciando novas elaborações teóricas e de como agir.

Na década de 1970, Silva e Silva (2011) discorre que esse período foi marcado para os assistentes sociais pela aproximação com a perspectiva marxista, através de Althusser pela vertente estruturalista, isto é, pela atuação dos aparelhos ideológicos do Estado em subsidiar as práticas políticas nesse contexto social.

Nessa perspectiva, a década de 1970 foi marcada pelo Movimento de Reconceituação e os Encontros em Teresópolis (1972) e Sumaré (1978) com influência althusseriana; necessidades individuais e coletivas, com formação especialista e competência de zelo pela técnica e de como fazer. Assim, na conjuntura marcada pelo período da ditadura, e as mobilizações em torno da América Latina, a classe passa a organizar-se, inclusive, através dos movimentos estudantis (LEWGOY, 2010).

E ainda, a importância dos Seminários de Araxá e Alto da Boa Vista, realizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) realizados entre as décadas de 1960 a 1980, como marcos históricos para a profissão, que com tendências conservadoras, esses encontros serviram para reflexões junto a classe para as mudanças no contexto profissional dos assistentes sociais.

Nesse sentido, o método BH foi de grande relevância para o Serviço Social brasileiro, foi através dele que as mudanças teórico-metodológicas e ideopolíticas da profissão aconteceram, perfazendo, o projeto ético político da profissão de assistentes sociais, prezando a defesa da liberdade, dos direitos humanos, da cidadania e ainda, a preocupação em relação a equidade, a justiça social, diversidade e o pluralismo (SOUZA, 2016).

No Brasil, a experiência da formação crítica, ocorreu com a transformação no sistema educativo, na implementação dos mestrados em Serviço Social (1972) e da Revista Serviço Social & Sociedade (1979) ampliou-se a discussão do marxismo⁶ no Serviço Social. Assim, a formação universitária realizaria trabalhos nas esferas públicas e privadas, com programas, planejamentos e projetos para o Estado e Instituições empregadoras (FREIRE, 2010).

A década de 80, foi marcada pela mobilização da sociedade civil, através dos trabalhadores, movimentos sindicais, segmentos rurais, estudantes, mulheres, que se uniram para exigir uma postura do Estado em atender as demandas sociais que emergiam nesse contexto social, a luta pela democracia justa e igualitária, na saúde, educação, habitação, direitos iguais para minorias (MARQUES, 2015).

Nesse cenário social, “as políticas sociais no Brasil tiveram, nos anos 80, formulações impactantes na vida dos trabalhadores, em uma conjuntura de agravamento das questões sociais e escassez de recursos” (PIANA, 2009, p.38). Assim, o assistente social destaca-se como elo de ligação entre as demandas dos usuários e as políticas públicas em questões de trato da relação capital e trabalho.

Assim, na “década de 80, o Serviço Social enfrenta questões sobre as políticas sociais, em especial quanto à consolidação de políticas públicas na área da seguridade social (abarcando o tripé saúde, assistência e previdência social), família, criança e adolescente, terceira idade e trabalho”, esses temas tornaram-se pautas de debates nas áreas sociais, principalmente, pela consolidação da Constituição Federal de 1988 (BOURGUIGNOM, 2008, p.34).

Diante de um entendimento que marca profundamente os Encontros e Seminários realizados para a transformação profissional elaborou-se um quadro que mostra como se deu esses eventos marcantes para o Serviço Social, através dos objetivos, propostas e discussões, e configurando a trajetória percorrida para essa classe trabalhadora, que diante das modificações no contexto social brasileiro se fez necessária.

⁶ A consciência do marxismo surgiu, na maior parte dos países do Terceiro Mundo, em grande medida por meio dos laços coloniais e certamente em estreita relação com a luta anti-imperialista.

Quadro 4 - Acontecimentos importantes para o Serviço Social

ANO	EVENTO	LOCAL	OBJETIVO
1941	Congresso Interamericano de Serviço Social	Atlantic City (EUA)	Estreitamento das relações com as Escolas no Brasil de Serviço Social
1947	I Congresso Brasileiro de Serviço Social	São Paulo	Reuniu representantes de entidades particulares e governamentais ligadas ao Serviço Social e à Assistência
1961	II Congresso Brasileiro de Serviço Social	São Paulo	Era preparar os participantes para a IX Conferência Internacional de Serviço Social
1965/1975	Movimento de Reconceituação	América Latina	Processo heterogêneo de visão crítica sobre a prática e teoria tradicional
1967	Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá	Minas Gerais	Novas proposições teórico metodológicas
1970	Aproximação Perspectiva Marxista	Brasil	Visão Dialética
1972	Encontro de Teresópolis	Rio de Janeiro	Sistematizar a teoria-prática do Serviço Social entre diagnóstico e intervenção
1978	Seminário de Sumaré	São Paulo	Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura
1979	III Congresso Brasileiro de	São Paulo	Conhecido como Congresso da Virada marco para o Serviço Social em meio ao período da ditadura no Brasil

	Assistentes Sociais (CBAS)		
1984	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Acrescenta-se a articulação dos demais conteúdos dos Encontros anteriores realizados
1970/1980	Método BH	Minas Gerais	Formulado por profissionais docentes, críticas ao Serviço Social tradicional, novas teorias à profissão
1988	Constituição Federal	DF	Políticas Públicas

Adaptado (2017) Fonte: Marques (2015)

Observa-se a importância conforme Quadro 4 de todos os eventos ocorridos nesse período emergencial para o Serviço Social se estruturar como profissão devidamente reconhecida no Brasil, e que se destacam os conteúdos e temáticas abordadas e acordadas entre a classe a cada evento para que se chegasse a um consenso para a classe no que diz respeito a atuação profissional.

Dessa forma, “o Serviço Social está, na sociedade capitalista, diretamente vinculado às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução” (RODRIGUES, 2017, p.98). Assim, toda transformação oriunda do desenvolvimento do capitalismo, interferirá nas relações sociais e urbanas em setores que representam o cotidiano da sociedade.

As transformações no cenário brasileiro referente aos processos econômicos, sócio-políticos e teóricos-culturais e da criação de um espaço sócio ocupacional no qual o agente técnico emergirá no mercado trabalho, salienta, que o Estado exige nessa perspectiva, um profissional que promovesse a profissionalização dinâmica e emergencial contemplando, indústrias e contribuísse para o desenvolvimento no país (NETTO, 2011).

Os códigos de ética do Serviço Social são importantes instrumentos de apoio para o profissional assistente social e durante o processo de crescimento da profissão eles foram serem adaptados conforme o desenvolvimento para a classe profissional.

Quadro 5 - Evolução dos códigos de ética do Serviço Social

Ano	Objetivava os respectivos códigos de ética
1º-1947	Tratava dos deveres fundamentais do Assistente Social [...] – baseava-se na moral e doutrina cristã
2º-1965	Alicerçado nos direitos fundamentais do homem [...] – baseava-se na moral e defendia posições religiosas e ainda, possuía regras de comportamento, boa higiene [...] dentre outras
3º-1975	Garantia o respeito aos direitos humanos e de fidelidade ao interesse social – baseava-se ver a pessoa humana como centro, objeto e fim da vida social
4º-1986	[...] novo projeto de sociedade se esboça, se constrói [...] – baseava-se na transformação societária para a realidade brasileira
5º-1993	Projeto Ético Político (ver Lei 8.662/93)

Adaptado (2017) Fonte: Marques (2015)

Observa-se conforme Quadro 5, a evolução dos códigos de ética para a categoria dos assistentes sociais, principalmente, ao respeito a pessoa humana, consolidado pelo Projeto Ético Político, este que visa, direcionar e nortear aos profissionais ao compromisso das dimensões ético políticas, teórico práticas e técnico operativas.

A década de 1990 se inicia com o arrocho salarial, aumento do desemprego, cortes de recursos na área social dentre outras situações que representam negativamente o agravamento dos problemas sociais no contexto brasileiro, no avanço das políticas sociais se destaca a igualdade na previdência, a saúde passa a ser direito de todos com a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), salário mínimo para portadores de deficiência, entre outros avanços (MARQUES, 2015).

Para Silva e Silva (2011), esse período das mobilizações sociais pôs sobre pressão o Serviço Social pelo Estado que passou a exigir a modernização técnica e eficaz de mediador entre as populações para os programas assistenciais que estavam sendo desenvolvidos nesse contexto, isto é, apresentar propostas científicas para serem desenvolvidas em equipes interprofissionais, ampliando o atendimento do micro para macro atuação.

Nessa perspectiva, essa conjuntura social para os assistentes sociais, foi muito significativo para crescimento intelectual e na dinâmica pedagógica, entrelaçadas com as transformações na sociedade, o crescimento das classes de representações nas diversas esferas públicas e privadas, na capacidade de desenvolver atividades que condiziam com as representações sociais vivenciadas pelos profissionais inerentes ao contexto sócio econômico, político e social brasileiro.

Percebe-se uma maior visibilidade da atuação profissional em vários segmentos sociais que parte da qualificação profissional ao reconhecimento da sociedade nesse papel que exerce como intermediador entre o Estado e a população, das produções científicas e acadêmicas como eixos que se complementam para a funcionalidade da profissão que está dimensionada na compreensão da leitura contemporânea da sociedade e atenta para as refrações e expressões múltiplas da questão social, adequando-se no cotidiano dos espaços atuantes de forma atualizada nas políticas públicas e sociais.

2.3 A PRESENÇA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

A história da educação brasileira inicia-se com as instruções dos jesuítas no período colonial às crianças, através da catequese, perpassando campanhas de alfabetização e o incentivo à leitura aos trabalhadores comuns, na República, o analfabetismo era visto como incapacidade do cidadão e no período republicano a educação instrutiva para obtenção de votos, no período da democratização a educação atingiu uma política nacional (PAIVA, 2003).

Assim, a presença do Serviço Social na Política Educacional surgiu, historicamente no mundo foi nos Estados Unidos e no Brasil, com os primeiros trabalhos que os profissionais realizavam nas décadas de 1940 e 1950, em trabalhos realizados com os “menores carentes”, assim denominados pelo contexto social vigente (PIANA, 2009, p.16). Em uma tentativa de tratar a questão social que era reconhecida nessa conjuntura como caso de polícia.

Conforme Yazbek (2009) as ações profissionais dos assistentes sociais estariam dimensionadas e relacionadas entre prestação de serviços assistenciais e com a educação ao trabalhador operário. Desta forma, com a intensificação no cenário brasileiro para o desenvolvimento industrial capitalista, o assistente social passou a ser solicitado nas diversas esferas do país, mas, sob orientação e predomínio da Igreja e nos regimes tradicionalista e conservador nesse processo de trabalho⁷.

⁷ O processo de trabalho é uma condição da existência humana, comum a todas as formas de sociedade humana: de um lado, o homem com o seu trabalho, o elemento ativo; do outro, o elemento natural, o mundo inanimado, passivo.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado nos países, em um envolver dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, desenvolvimento das forças produtivas e composições de força no âmbito do Estado. Assim, no Brasil, o Estado não se preparou para essas novas demandas na sociedade, porém, realizou a necessidade de formular e fazer cumprir através das políticas sociais respostas a sociedade (BEHRING, 2007).

Desta forma, com vários movimentos reivindicatórios em prol da educação surgindo nesse contexto, entre os quais a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura (CPC) e os Movimentos de Cultura Popular (MCP) todos envolvidos pela luta de uma educação para todos e igualitária e ainda, a promoção política da sociedade e consciência dos problemas vivenciados na realidade brasileira foram influenciadores para mudanças na educação (PAIVA, 2003).

Na década de 1960 foi aprovada a Lei 4024 que estabelecia a LDB (Lei de Diretrizes e Base) que trouxe o Plano Nacional de Educação e as Campanhas Nacionais de alfabetização foram extintas, contudo, o desalento causado pelo percurso da LDB de 1961, facilitou movimentos de influência marxista e cristã, empenhados não apenas na alfabetização, no enriquecimento cultural e na conscientização política do povo (BORTOLOTI, 2014).

Nesse contexto, Saviani (2011) discorrendo sobre a LDB Lei n. 5.540/68 conhecida como lei da reforma universitária, objetivava eficiência, modernização e flexibilidade administrativa preparando através da formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país. Assim, várias propostas para a modificação dos instrumentos teóricos metodológicos e instrumentais visando um novo aspecto social e profissional para a classe profissional de forma abrangente.

Para Baptista (2009), desde a Constituição de 1988 a responsabilidade do Estado da realização do direito como medida de avaliação da política, da construção de uma nova institucionalidade democrática que fortaleça o espaço público e os mecanismos de participação da sociedade. Ainda que, a Constituição Brasileira beneficie ao usuário dos atendimentos do serviço prestado pelo assistente social, não há garantias definidas de seu direito.

Contudo, “é importante ressaltar que, embora seja um período intenso das desigualdades sociais, também é marcado dialeticamente por conquistas democráticas sem precedentes na história política brasileira” (PIANA, 2009, p.42). O envolvimento da sociedade nas lutas por direitos, a mobilização social desencadeada por Movimentos Sociais, pela busca

da emancipação e dos direitos sociais, as lutas por igualdade na educação que representam o avanço para o conhecimento.

A própria Constituição Federal assegura no artigo 208 que é dever do Estado garantir a oferta gratuita a todos aqueles que não tiveram acesso à educação na idade adequada, desta forma, a abrangência educacional para que todos tenham acesso ao ensino, se consolidam através das políticas diferenciadas em cada modalidade educacional, incluindo os aspectos culturais que impediram o acesso em tempo não hábil ao cidadão, permitindo sua inclusão de forma compensatória ao ensino em qualquer nível escolar.

Nessa perspectiva, o Art. 43 da lei 9.394/96 LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), destaca que a educação superior tem por finalidade à formação de diplomados em diversas áreas de conhecimentos para o desenvolvimento da sociedade brasileira, através de capacitações e atividades que aproximem todos os níveis escolares, isso inclui, modalidades infantil, fundamental, técnico, superior e profissionalizantes, sem restrição ou preconceito entre etnias, cor, idade, situação sócio econômica (BRASIL, 1996).

Assim, esse processo de amadurecimento intelectual ocorrerá gradativamente ante as expectativas do acadêmico no campo institucional, reconhecendo em seu aprendizado, pois, o acadêmico será um observador ativo nesse espaço institucional de estágio.

3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E SUAS PARTICULARIDADES

Este capítulo aborda sobre a regulamentação da profissão no aprofundamento do entendimento para o estágio supervisionado em serviço social com seus requisitos históricos e contemporâneos para atuação profissional.

3.1 REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O entendimento que se objetiva ter sobre o Estágio Supervisionado em cenário brasileiro visa uma compreensão para a própria classe profissional de assistentes sociais como algo que deva ser organizado de maneira minuciosa e com detalhes que não podem fugir da linha de raciocínio em sua própria consolidação como profissão reconhecida de caráter relevante para a sociedade, é o que trata neste subitem.

No Brasil, a Supervisão em Serviço Social, conforme Buriolla (2010) veio de modelos importados dos Estados Unidos, Canadá, Bélgica e Itália pelos próprios assistentes sociais que se aperfeiçoaram fora do Brasil. A profissão recebia influências literárias de outros países que não condizia com a realidade brasileira, logo, o profissional precisou elaborar estratégias e técnicas apropriadas para composição de seus instrumentais de trabalho.

O estágio é espaço rico na medida em que propicia o desenvolvimento da capacidade técnico-operativa, fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos e éticos do Serviço Social. É através da inserção do aluno em campos de atuação profissional que ele tem a oportunidade de vivenciar as complexidades das expressões da questão social. É também nesse espaço que, de forma fértil, desenvolve a capacidade criativa e a atitude investigativa, problematizando a realidade da intervenção profissional, buscando com os profissionais, e de forma coerente com as demandas sociais, alternativas metodológicas de intervenção. Vinculada à prática de estágio, a pesquisa desenvolvida pelo acadêmico ganha relevância social e materialidade (BOURGUIGNOM, 2008, p.132).

Na perspectiva do campo como espaço adequado para este aprendizado em período de estágio curricular obrigatório é necessário e essencial que se ponha em prática o aprendizado em sala de aula, porém, ocorrem algumas situações em que essas lacunas não serão preenchidas adequadamente visto que, na grande maioria de campos de estágio abertos, dependerem das afirmativas propostas entre convênios já firmados entre a instituição de ensino assim como a instituição que irá receber este estagiário.

Percebe-se que ainda ocorre outra situação que não permitirá que isso aconteça de forma sistemática, a dependência do aluno estagiário ser recebido pelo profissional assistente

social nesses espaços que dadas situações no avanço das pesquisas receber o apoio profissional suficiente para o desenvolvimento de qualquer tipo de pesquisa na instituição que o recebe, pois, não há nenhuma obrigação do profissional nesse sentido e dessa forma estipulada nas Leis de Regulamentação Profissional.

O estágio em Serviço Social existe no Brasil desde as primeiras Escolas de Serviço Social, na década de 1930 de forma integrante e obrigatória nos currículos do Curso de Serviço Social, sendo estabelecido ao perfil do Assistente Social, ser uma pessoa com valores constituídos na moralidade e ter um preparo técnico e sem interesses pessoais, deveria ser amável, devoto e ser solícito ao próximo (BURIOLLA, 2011).

Para Lewgoy (2010) as primeiras formulações sobre supervisão no Brasil, indica a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo (1936) através do CEAS; com a institucionalização do Serviço Social e criação das grandes instituições assistenciais; criação da ABEPSS e do CBCISS. Assim, a atuação dos assistentes sociais ainda que, restritas e limitadas nas esferas de órgãos públicos em demandas institucionais e individuais.

Assim, em virtude do contexto socioeconômico e político, emergiu tanto a necessidade como a demanda de uma formação qualificada ao ensino em Serviço Social no Brasil, o que delineou um novo contorno à supervisão na década de 1940. Em face de que o Estado mantivera o controle social durante décadas nos diversos segmentos sociais, priorizando o que julgava necessário atender nessa conjuntura (LEWGOY, 2010).

Conforme Lewgoy (2010) o acervo sobre supervisão no Brasil foi organizado a partir de 1947 e durante quase quatro décadas, até 1981, a área contou com três expoentes- Helena Juracy Junqueira, Nadir Gouvêa Kfourir e Balbina Ottoni Vieira-, assim, a trajetória sócia histórica da profissão no contexto social, político, econômico e cultural das diferentes conjunturas de cada época. A estrutura profissional e acadêmica baseava-se na realidade de outros países.

Para Iamamoto (2014) o Assistente Social possuía lugar de destaque, com grandes instituições surgindo, o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) no Estado de São Paulo se destaca com uma ação ideológica de ajustamento e coordenação de serviços assistenciais. Nesse sentido, com a implantação dos sistemas S no cenário brasileiro, expande-se para atender ao sistema industrial e qualificar o trabalhador e ainda, a Fundação Leão XIII que atendia moradores de favelas.

A supervisão em serviço social na década de 1950, destaca a primeira publicação textual, de Margareth Williamson com grupos, estas, enfocavam a supervisão de voluntários em obras de recreação de adolescentes e seus aspectos administrativos. Dessa forma, a classe repensou sua forma de atuação no cenário social que não condizia mais com as demandas que se apresentavam nessa realidade sócio histórica (LEWGOY, 2010).

Na América Latina, Yazbek (2009) informa que na década de 1980 deixou um aumento de número absoluto de pobres, por uma economia miserável, má distribuição de renda e outras mazelas. No cenário brasileiro, não indiferente, aos acontecimentos, retrata na conjuntura desse período, uma verdadeira gravidade como consequência dessa pobreza, a violência contra a criança e adolescente, contra a mulher, desemprego, desnutrição.

O início da década de 1980, informa que com a crescente demanda, somente quarenta e seis unidades de ensino oferecia cursos de graduação, sendo que seis, cursos de pós-graduação, isto é, com a expansão do capitalismo no cenário brasileiro, havia necessidade de mais unidades. Esse fato, decorrente da expansão capitalista brasileira influenciou significativamente na busca pelos cursos de Serviço Social (MARTINELLI, 2007).

Nesse contexto, ocorre o primeiro curso de doutorado (1981) e reconhecimento da pesquisa em Serviço Social pelo CNPq (1982) e ainda, o Novo Currículo (1982), com bases no positivismo/fenomenologia e dialético-marxista e, a consolidação das produções teóricas do Serviço Social na perspectiva crítica. Dessa forma, o atendimento, relativos aos direitos e utilização de serviços e de orientações à população (LEWGOY, 2010).

Em conformidade com a PNE (2008) que estabelece a política de condução para os estágios, na proposta de formação crítica, e ainda capacitar para a visão crítica para intervenção, o campo de estágio é a extensão para esse aprendizado.

Nesse sentido, a supervisão era feita pelos próprios assistentes sociais das instituições, a maioria dos convênios estavam mesmo ligados às instituições e organizações do Estado. Assim, o art. 19 do Código de ética de 1986, vedava ao Assistente Social: a. permitir ou exercer a supervisão a alunos se não houvesse no quadro Assistente Social para acompanhar direto ao campo de estágio; b. Ser conivente ao exercício de função de direção de órgãos formadores de Assistentes Sociais por outros profissionais (CFESS, 1986, s/p).

A categoria profissional consciente das suas funcionalidades, o papel que desempenha e suas fundamentações políticas no contexto político, econômico e social, utiliza-se de opções teórico metodológicas na contemporaneidade. Assim, toda direção da profissão

não demandou por si própria, foi impulsionada através da inserção da classe na prática social e na correlação de forças dos interesses dominantes em vários contextos sociais (MONTAÑO, 2009).

A instituição de ensino superior tem como responsabilidade a elaboração de um projeto pedagógico com um currículo completo, flexível, de forma que sejam atualizados frente às mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais. O papel da academia de ensino superior frente à trajetória de capacitação para os assistentes sociais foi de grande relevância nesse contexto de transformações da sociedade brasileira (SANTOS, 2016).

Para Guerra (2011) indica a aliança entre Serviço Social e projetos governamentais, visavam pôr fim às nossas condições de país subdesenvolvido, evidentes na trajetória da profissão, com as transformações ocorridas na sociedade brasileira, as ações dos profissionais seriam revistas para a intervenção profissional nessa nova conjuntura social. Assim, é nesse contexto que o Serviço Social se direciona para estudos científicos sociais, com um novo viés teórico na relação capital e trabalho.

Conforme Santos (2016) as transformações resultantes da reestruturação produtiva, são as privatizações, flexibilização e precarização das relações de trabalho afetando em grande parte do mundo à população mais vulnerável. Isso, interfere e atinge os espaços sócio ocupacionais para o/a assistente social e estagiário, ambos deverão estar conectados a essas transformações e deverão ser agentes articuladores para lidarem com essas novas formas de trabalho.

Assim, o estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante. Desta forma, partindo do princípio que deve ter conhecimento real das contradições da realidade social capitalista, e posteriormente, intervir nessa realidade, em face das várias transformações na desregulamentação do trabalho e direitos sociais (PNE, 2008).

O estágio é um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. Com a ampliação de Instituições envolvidas nesta causa, começam a surgir a partir de então, várias estratégias para atendimento, com isso, ampliam-se, campos de estágios públicos e privados (BURIOLLA, 2011).

Para Silva (2017) com essas transformações sociais e dentro da perspectiva da atuação profissional e técnica, os (as) usuários (as) seriam sujeitos de direitos em conformidade de uma nova conjuntura do país, utilizando-se de estratégias articuladoras em caráter emergencial dada às demandas em todas as áreas sociais. A Constituição Federal de 1988 trouxe garantias de direitos entre a população mais necessitada, mais que a simples ajuda, o assistente social é articulador e um agente legitimado pelo Estado.

Este movimento não se deve unicamente à requalificação da prática profissional (graças à acumulação de massa crítica e ao redimensionamento da formação), mas, também e sobretudo, à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira – assim, por exemplo, práticas interventivas com determinadas categorias sociais (crianças, adolescentes, idosos etc.) só se puderam viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal (NETTO, 1999, p.14).

Em suma, a necessidade de se estabelecer novas formas de abordagens técnicas e instrumentais exigiram para uma nova conjuntura da realidade brasileira para os profissionais assistentes sociais diante dessa nova perspectiva de intervenção profissional uma leitura que contemplasse o alcance de atender as demandas que surgiam em conformidade como direito conquistado ao usuário.

Foi a partir da regulamentação da profissão Lei 8.662/93 que passou a existir legislação específica a respeito do estágio, objetivando garantir sua execução com qualidade e Supervisão como parte prática de estágio. Assim, o estágio para o aluno é um preparo para a vida profissional, construída nos espaços onde vivencia a situação social e de forma supervisionada pelo assistente social em áreas específicas (BURIOLLA, 2011).

Historicamente, para Lewgoy (2010), a supervisão corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender da Grécia antiga, vinculada a treinamento, filantropia, instrução moral, religiosa e por fim, como capacitação laboral. Nessa historicidade do Serviço Social durante seu processo evolutivo à compreensão na forma como o Estágio Supervisionado em Serviço Social amadureceu como forma articuladora nas relações sociais partindo do princípio que a cada conjuntura seus aspectos foram sendo alterados.

Segundo Marques (2015, p. 95-108) “houve alterações entre o Código de Ética Profissional de 1986 e 1993, mantendo a concepção de homem e sociedade já previstas pelo código anterior”. Desta forma, uma nova ordem social empenhava-se para superar a pobreza e as injustiças sociais em face da Constituição Federal de 1988, diante da nova conjuntura vivenciada no país ao que é inerente a garantia de direitos nas diversas áreas sociais e mudanças na própria sociedade.

Essas mudanças no cenário social, alcançou e modificou para o estágio supervisionado, a partir da sua regulamentação, definindo-se e classificando-se, como estágio fazendo parte do processo pedagógico do curso, e que visa o aprendizado das competências próprias da atividade profissional (BRASIL, 2008).

Para Buriolla (2008) a Supervisão não é um processo privativo do Serviço Social, que outras áreas a utilizam e já a utilizavam muito antes, mas que está atrelada à emergência no Serviço Social no contexto político, social, cultural e econômico. Assim, o estágio supervisionado capacita os acadêmicos nas áreas inerentes da profissão, para prática profissional e que torna o aprendizado mais intenso, exigindo uma postura crítica.

Desse modo, Bourguignon (2008) ressalta que o Serviço Social tem ocupado espaços de trabalho junto às instituições sociais estatais e privadas, assim, em um atendimento de prestação de serviços no que se refere as políticas públicas inerentes as expressões da questão social. Nesse segmento, cabe ao estagiário, observar em seu ambiente sócio ocupacional e manter sua postura acadêmica diante das demandas que irão surgir.

Assim, considerando, os termos do artigo 14 e seu parágrafo único, da lei 8662/93, que estabelecem: “Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designa os assistentes sociais responsáveis por sua supervisão” (CFESS, 2008, s/p).

No plano pedagógico, a organização e a legitimação de ensino centrado em saberes disciplinares, através das competências verificáveis em situações de tarefas específicas, de forma que analisadas pelo profissional, visualizará se os alunos compreendem e dominam. As Instituições Universitárias preparam espaços públicos e privados para receber estagiários e supervisores. Assim, teoria e prática se complementam (LEWGOY, 2010).

Os vínculos de atuação do Serviço Social caracterizam-nos entre as demandas individuais e coletivas nas expressões da questão social e dessa forma, intervém nas relações sociais. Sendo exclusiva ao assistente social a supervisão acadêmica em estágio, assim, o aluno inserido no *lócus*, possuirá um arcabouço teórico metodológico com experiências adquiridas nesses espaços (BOURGUIGNOM, 2008).

Nesse sentido, Gohn (2008) indica que um projeto político é democrático quando não se reduz a um conjunto de interesses particulares de um grupo, organização ou movimento, sendo democrático, deve atender o universal e não o individual, deve ser hegemônico e fazer parte das mudanças e transformações sociais em prol da sociedade. Assim, o Estágio

Supervisionado em Serviço Social diante das mais diversas expressões da questão social pode vir a ensinar ao acadêmico possuir visão crítica.

“O conhecimento crítico possibilita o desvelar da realidade social, revelando as contradições, sendo, então, possível compreender as relações sociais na perspectiva da totalidade” (ROSA, 2017, p.50). Assim, a partir do conhecimento dos sujeitos e de suas realidades, as lutas para que os direitos sejam assistidos se tornam mais justa e igualitária.

Assim, sob orientação dos supervisores de campo e sala, caberá ao estagiário manter sua própria visão crítica da realidade visualizada nos espaços sócio ocupacionais, de forma que, se produzirá seu próprio relato individual durante a experiência em campo de estágio. Dessa forma, na percepção da leitura que se fará mediante a realidade vivenciada em campo de estágio, essa aprendizagem ocorrerá de forma gradativa e sistemática.

3.2 O *LOCUS* INSTITUCIONAL

As características que perfazem no *lôcus* institucional para que o exercício profissional se destaque como componente essencial à formação profissional exige a leitura nesse espaço dedicado a prática profissional, somada a teoria absorvida em andamento contínuo na academia como aprendizado estimulante para a obtenção de uma visão crítica das demandas que surgem no cotidiano do campo, é o que explana este subitem.

É na Instituição onde o assistente social atua e onde o aluno faz o seu estágio que se torna um elemento constitutivo do contexto analítico da Supervisão, de forma que a prática profissional se fará na própria instituição. Assim, o exercício profissional se faz necessário diante do trabalho nas organizações e instituições em intermediar entre as políticas sociais e públicas, proporcionando e reconhecendo a emancipação do cidadão (BURIOLLA, 2011).

Considerando que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica; (CFESS, 2008, s/p).

A proposta interventiva do assistente social ao que é inerente nas relações entre a Instituição Acadêmica e campo de estágio produzirá efeitos positivos ao acadêmico no seu exercício profissional, os recursos viáveis ao aprendizado e oportunidade de prática interventiva certamente soa como o diferencial para este acadêmico frente a demandas das expressões da

questão social e suas refrações, suas ações não serão meramente reprodutivas, mas, praticadas para o acesso de aproximação à intervenção.

Nessa perspectiva, a atuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (PIANA, 2009).

Contudo, ao que se refere sobre as abordagens de atuação profissional do assistente social nos mais diversificados campos sócio ocupacionais, as áreas compreendem especificidades de cada segmento institucional com as políticas setoriais. Para o estagiário dimensionar a proporção e percepção de cada política institucional é necessário a leitura prévia da política a qual a instituição se vincula.

Na dimensão da universalidade, o fazer profissional é projetado nas leis sociais tendenciais e universais que regem a sociedade, e encontram o sentido de sua inserção histórico social. Nesse contexto social, essencialmente, o papel do Assistente Social frente das demandas que consistiam pela necessidade de transformações no cenário, focara-se em responder ao Estado de forma imediata dada as circunstâncias emergenciais conjunturais (PONTES, 2010).

Assim, para Baptista (2009) em amplo sentido, a intervenção profissional do assistente social ocorre por meio de um processo complexo, em um espaço social delimitado e em conjunto de relações estruturais com outros espaços diferenciados e que se representa conforme conjuntura vivenciada. Isso acontece, pelo fato de que cada Instituição possui suas próprias regras e delimitações para atuação do assistente social em campo de trabalho se diferenciando em cada segmento social.

Conforme Piana (2009) o exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência a negociar com a instituição, dessa forma para intervir nas ações rotineiras do *lôcus* profissional, de maneira que, nessa proposta utilize-se através do planejamento priorizando o atendimento inerente ao direito de acesso e serviços sociais ao seu público usuário.

O profissional assistente social através da sua autonomia na instituição, em conjunto com suas atribuições e competências é o articulador nessa esfera de responsabilidades que defenderá o seu campo de trabalho, mas, suas ações ocorrerão na rotina sugerida pelo seu contratante para que sejam desempenhadas, para o estagiário, o acompanhamento seguirá mediante o que o seu supervisor de campo orientar no cotidiano, através do plano de atividades.

Assim, o trabalho do assistente social não possui apenas os elementos interventivos, pois cada ação possui uma fundamentação, ainda que desconhecida do profissional. Desta forma, todo o desenvolvimento do trabalho do profissional deve constituir-se de elementos teórico metodológicos para análise crítica da realidade, abrangendo a leitura através da teoria e posta em prática na realidade no cotidiano (CORREA NETO, 2010).

Para o estagiário de serviço social, a utilização dos elementos teóricos metodológicos se encontra ou se reconhece, a partir da vivência em campo de estágio, surgirão indagações quanto a utilização dos instrumentos e instrumentais, e formas do saber e fazer profissional na instituição que estagia.

Nesse sentido, a forma como se dá a intervenção na cena contemporânea para o Serviço Social, consiste em abordagens dentro de uma articulação dinâmica onde os atores sociais, dentro de uma questão ontológica do sujeito, assim como sua realidade subjetiva dado o momento da intervenção e atendimento ao usuário (a), respeitando a realidade sócio histórica de cada um. “Esse método é componente endógeno da teoria social de Marx, portanto, insuprimível e inseparável” (PONTES, 2010, p.58).

Na formação em Serviço Social a atual demanda para o assistente social é de um trabalho na esfera executiva, na formulação de políticas públicas e na gestão de políticas sociais. Na realidade cotidiana é que o assistente social cumprirá com deveres assim pré-estabelecidos pelo Código de Ética da categoria, e assim, cumprir de acordo com Constituição Brasileira e o exercício profissional (LEWGOY, 2010).

Conforme Ramos (2017), é nessa esteira que pensar o estágio supervisionado significa resgatar o debate sobre a centralidade do estágio no processo de formação profissional a partir do conjunto das atribuições e competências do assistente social, sendo que no âmbito do exercício da supervisão é fundamental o estabelecimento de uma reflexão crítica junto ao aluno, pois estão inseridos na realidade do cotidiano institucional. Desta forma, entender a construção dessa formação requer orientações para entendimento da prática profissional ao que é inerente ao serviço social.

O assistente social desenvolve uma ação investigativa como instrumento da prática profissional. No plano teórico metodológico da profissão no período, porém, nos avanços da própria profissão e conjuntura, as modificações para formas operativas e metodológicas de abordagens configuraram-se entre uma década e outra, por iniciativa de alguns profissionais que receberam orientações diferenciadas em seus arcabouços teórico-metodológicos, os chamados intercâmbios educacionais (BAPTISTA, 2009).

Conforme Piana (2009, p.146) “o aspecto educativo da profissão perpassa por todo contato do profissional com o usuário de seu trabalho”, desta forma, sua intervenção deve ser articulada de forma que venha garantir direitos ao usuário, e ainda, que todo o processo que estará envolvido para esta realidade, esteja de acordo com o projeto ético político da profissão, assim, o estagiário perceberá a atuação do seu supervisor em campo.

Na supervisão de estágio é necessário conhecer a lógica do funcionamento da instituição, para que o estagiário se sinta acolhido, mas que também, assuma suas responsabilidades na instituição, porque ele está representando uma instituição de ensino que tem voltado a educação com princípios norteadores educacionais de cada área de ensino e abrangência social.

3.3 RELAÇÃO ESTÁGIO E ASSISTENTE SOCIAL

Posto que, percebe-se um elo entre a academia e o discente, uma aproximação que objetiva manter relação aluno e professor (a) de serviço social, contudo, o discente para compreender como será a sua relação profissional com o (a) assistente social no campo, exigirá uma conduta e postura que ultrapassará seu aprendizado teórico de sala de aula, e que não basta a disciplina de ética para isso dar certo, é o que trata neste subitem.

A supervisão como processo articulador entre exercício e formação pelo vínculo entre a atividade concreta transformadora que permitirá ao acadêmico agir na prática do exercício profissional. Dessa forma, será com o tempo vivenciado em campo de estágio que o aluno se permitirá ter uma ampla visão crítica e na perspectiva de suas experiências adquiridas realizar ações inerentes ao próprio campo de estágio (LEWGOY, 2010).

Desse modo, respeitando a jornada definidas em comum acordo em campos de estágio destaca-se, segundo a Lei 11.788, I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; II – 6 (seis) horas diárias e 30

(trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular (BRASIL, 2008, s/p).

Assim, “desencadeia-se, então, um processo gradativo e que deve ser respeitado, para se chegar a mudanças” (BURIOLLA, 2008, p.58). Os atores sociais do estágio supervisionado e a própria atuação do assistente social e ainda, o papel do estagiário se fortalecem à medida que as partes podem produzir algo que julgam satisfatórias, o usuário (a) que procura o atendimento necessário e obtém resposta, a instituição oferta e cumpre a demanda.

Portanto, “a matéria-prima da Supervisão em Serviço Social ao nível da formação profissional, em última instância é o agir profissional (objetivo e subjetivo) do assistente social e do aluno em formação, e tudo o que ele se relaciona” (BURIOLLA, 2011, p.88). Nesse aspecto, para o aluno estagiário, a relevância de seu comprometimento com a natureza do campo de estágio, ou seja, conhecer de forma física as características de atendimento e aprendizado.

O tempo faz parte do cotidiano e é um fator relevante para a formação e para a supervisão de estágio em Serviço Social, compondo o núcleo fundamental do trabalho da tríade supervisor pedagógico, assistente social de campo e aluno. Na condição transformadora da sociedade, o mercado de trabalho para os assistentes sociais não fica indiferente na conjuntura atual de transformações societárias (LEWGOY, 2010).

Nesse sentido, “a supervisão, atrelada à formação numa dimensão de qualificação humana, diz respeito ao desenvolvimento das condições físicas, teóricas, afetiva, políticas e éticas dos alunos, capaz de alargar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral” (LEWGOY, 2010, p.31). Assim, o arcabouço teórico-metodológico não se define somente posto ao término de uma graduação, mestrado ou doutorado.

Mas, que corresponde ao estudo incansável nas esferas das políticas públicas e sociais. E ainda, ao estudo das populações que também são norteadas pelas transformações que acontecem no campo invisível da sociedade, mas que, em algum momento se revelará quando necessitar de garantias de direito nas áreas dos segmentos sociais, das quais necessitar. Dessa forma, o profissional que se atualiza, se sobressairá.

Dessa forma “ o jogo de poder entre as classes, as lutas de classe, as condições de vida dos setores populares, as diversas organizações da população, o conhecimento das leis que regem os movimentos sociais ” (BURIOLLA, 2011, p.94). Assim, as Instituições devem estar

atualizadas sobre as políticas públicas e sociais, promover e incentivar a utilização de materiais acadêmicos educativos que correspondam e acompanhem as expressões da questão social.

Conforme Faleiros (2011), os sistemas organizados pela sociedade para determinados fins se estruturam em uma dinâmica complexa de relações e podem ser entendidos ou apresentados como um conjunto e um sistema histórico de combinação de alianças e confrontações do qual o profissional participa, assim, a relação do profissional assistente social em conjunto com o campo universitário contribui de forma positiva ao discente e que a orientação recebida durante o estágio fará toda diferença.

No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis experiências-piloto (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. Neste espaço foi possível, vê-se, quebrar o isolamento intelectual do assistente social e viabilizar experiências de prática autogeridas (NETTO, 2011, p.251).

Como acima citado, em períodos remotos, a categoria não vivenciava muitas demandas institucionais, permitindo troca de saberes entre outras áreas, na contemporaneidade, essa afirmativa tornou-se prática vivenciada de acordo com as ofertas das políticas da qual a instituição está atrelada, e a abordagem ao usuário foi modificada para viabilizar direitos constitucionais assegurados pela Constituição Federal brasileira.

Nesse sentido, “é imprescindível a apropriação dos referenciais teórico-metodológico para identificar o que pertence à sua área de atuação, bem como de técnicas e instrumentos que permitam a objetivação de sua intencionalidade” (CORREA NETTO, 2010, p.236). Dessa forma, a importância do conhecimento prévio daquele campo sócio institucional, para que se conheça que tipo de atendimento ali será ofertado, para que sejam utilizados adequadamente.

Conforme Lewgoy (2010) é na cotidianidade da formação profissional, especificamente na supervisão de estágio em Serviço Social, que essa realidade se torna mais presente e serão observadas tais transformações na sociedade, contemplando as formas das expressões da questão social em cada contexto social. Assim, diariamente, o profissional deve sempre ter em mente a criação de mecanismos que possibilitem a realização do exercício profissional.

Assim, aquilo que irá repercutir no processo de formação dos assistentes sociais, refletirá ao chegar no mercado de trabalho, nas “condições de inserção, permanência, relações, intensidade do trabalho, perfil e postura profissional”, deverá ser um profissional que formule e formate as políticas sociais em que esses e outros profissionais atuam, germinando novas demandas institucionais (MORAES, 2016, p.589-590).

As demandas institucionais surgem nos espaços sócio ocupacionais diariamente, a interdisciplinaridade será essencial nesses campos e a articulação entre as redes devem acontecer permanentemente, pois, nem sempre o usuário receberá todo o atendimento somente neste único espaço, essa percepção, também, deverá fazer parte para o estagiário ter conhecimento nas articulações profissionais do assistente social em campo.

Nesse sentido, Correa Neto (2009) indica que para o exercício da profissão, os assistentes sociais, desenvolvem habilidades e uma sociabilidade característica para enfrentar seu cotidiano profissional, na comunicação com os usuários, com outros profissionais, com autoridades, com dirigentes, com outros recursos sociais, de improvisar soluções para garantir direitos já conquistados ou ainda conquistar outros são fatores decisivos na sua intervenção técnica.

As relações sociais que compreendem o campo institucional variam de acordo com as ofertas e demandas apresentadas no campo institucional, desta forma, para o estagiário, a dificuldade em reconhecer a hierarquia institucional, pois, suas abrangências podem ser visualizadas entre setores e departamentos dada a instituição, contudo, sua responsabilidade será de acompanhar a rotina de seu supervisor de campo, independente das correlações de forças institucionais.

Dessa forma, “a ação profissional vai além, enquanto realiza uma praxis intencional, que vai se revelando nas inter-relações sociais no processo sócio-histórico”. (BURIOLLA, 2011, p.95). Como objeto de estudo para o Serviço Social se constitui da questão social e suas refrações, as temáticas utilizadas sugerem uma leitura compreensiva dos aspectos na ação profissional no processo de atendimento na saúde, educação, meio ambiente, direitos sociais e humanos.

Assim, “as novas tecnologias, o processo de globalização, as novas requisições advindas do mercado, evidenciadas no exercício profissional, são relevantes para a análise e articulação de saberes e para a exequibilidade do processo de supervisão” (LEWGOY, 2010, p.89). Desta forma, inclui-se conhecer sobre violência contra a mulher, crianças e adolescentes,

os desafios da compreensão de gênero, pessoas com deficiência, idosos, juventude, população de rua e outros.

A Supervisão de Estágio deve valer-se desse planejamento como um processo dinâmico, contínuo e sistemático (com periodicidade, tempo e horário demarcados) que, através de medidas programadas, fixação de prazos, competências e recursos, assegure o máximo de eficiência e racionalidade, perseguindo metas que levem a mudanças orientadas no processo ensino-aprendizagem, tendo como objetivo último a formação profissional (BURIOLLA, 2011, p.171).

Como exposto acima, o professor orientador de campo e sala constitui-se como um profissional que compartilhará seus recursos pedagógicos educativos e instrutivos na tentativa de contribuir para o estagiário sob a supervisão direta, visualizando seu desenvolvimento ante as diversas situações que ocorrerem no campo e suas indagações em sala de aula, ou seja, nada de improvisos ou desorganizações, tudo deve ser planejado e organizado.

Nesse sentido, entende-se o “processo de supervisão como inerente ao trabalho do assistente social, que figura como uma de suas competências e atribuições, que irá requisitar os mesmos investimentos e dedicação das demais frentes de trabalho e comportar as mesmas diretrizes e lógicas, ou seja, não possui características voluntaristas e assistemáticas” (LEWGOY, 2010, p.128). Contudo, nem todo profissional do campo, é professor, assim, deve ser respeitado, a pluralidade nos espaços institucionais.

Conforme Silva (2017), deve ao estagiário ter um conhecimento prévio sobre: observação, entrevista, grupos, reunião, mobilização de comunidades, visita domiciliar, visita institucional, atas de reunião, livros de registros, diários de campo, relato de campo e parecer social, para auxiliar ao seu (a) supervisor de campo. Entre esses aspectos de atividades profissionais, é necessário ressaltar que em algumas instituições seguem essa lógica sistemática, em outras serão construídos de forma conjunta o método de trabalho.

3.4 RELAÇÃO INSTITUIÇÃO ACADÊMICA X DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL

Para a Instituição de ensino, manter vínculos sociáveis com seus alunos discorre entre uma série de fatores que prioritariamente devam ser conduzidos enquanto essa relação existir, pois, cultivadas e mantidas tais relações a permanência produzirá frutos positivos para ambas as partes, é o que se aborda neste subitem.

A atuação dos (as) assistentes sociais se dá na formulação, no planejamento, e na assessoria das políticas sociais públicas e setoriais destinadas à proteção e à defesa dos direitos dos segmentos sociais (pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes,

comunidades LGBT, indígenas e afrodescendentes) ” (SILVA, 2017, p. 61). O assistente social diante das demandas, intervém nas políticas de direitos, mas não de forma imediatista, previamente perfaz um estudo social.

O assistente social como supervisor e orientador nos espaços de estágios será o intermediador de ensino, não sendo cabível a responsabilidade sobre o discente. Desta forma, “a responsabilidade por parte das unidades de ensino é acompanhar o estágio prático através de programas elaborados e desenvolvidos conjuntamente com o corpo de supervisores” (LEWGOY, 2010, p.102).

Dessa forma, “é importante destacar que a defesa da qualidade da formação profissional em Serviço Social perpassa pelo enfrentamento das fragilidades presentes nos estágios curriculares, visto que estes se apresentam como um dos componentes de significado relevante no processo de formação acadêmica”. Assim, é importante ter conhecimento com o código de ética vigente da classe e com os valores que norteiam essa formação profissional (GRACIANO, 2017, p. 48)

O estágio para o acadêmico de serviço social, significa tentar compreender sobre os desafios que surgem na profissão e as respectivas políticas públicas e sociais que se apresentam em torno de vários segmentos sociais. Assim, na visão do acadêmico, essas complexidades reais, poderão ser amadurecidas quando se complementam com a teoria perpassada em sala de aula.

O supervisor do campo e o de ensino é um (a) assistente social que tem intimidade com o tema abordado em supervisão e com o trabalho profissional, exigindo bagagem específica de Serviço Social, para orientar, introduzir e acompanhar o estagiário na cultura institucional. Assim, dará suporte à produção teórica, e a disciplinas de sala de aula, incentivando a prática da leitura em determinados assuntos (LEWGOY, 2010).

Para Teixeira Garcia (2017, p.152) “a crescente importância que vem assumindo a interdisciplinaridade”, para entendimento e compreensão das expressões da questão social nessa particularidade brasileira, exige, profissionais com formação diversificada e demais profissionais que possuam visão de totalidade, assim como, com competências para enfrentar os desafios da profissão nos contextos sociais.

Nesse sentido, para compreender as particularidades que envolvem as expressões da questão social, faz-se necessário ter conhecimentos dos programas de enfrentamento de cada segmento, o incentivo à pesquisa e investigação e visão crítica diante das realidades que se

apresentam nos espaços de estágio, o estagiário deverá ter essa compreensão neste universo institucional.

O processo de supervisão deve estar organizado de modo a propiciar ao estagiário experienciar e analisar criticamente o exercício dos processos de trabalho em suas fases e dimensões, investigativa, propositiva e interventiva, ao assumir essa postura, o supervisor de campo será o intermediador de seu aprendizado e gestor participante das articulações de sua prática, orientando, esclarecendo e respondendo suas dúvidas (LEWGOY, 2010).

Assim, para que haja a compreensão por parte do estagiário ao que é inerente as expressões da questão social nos espaços sócio ocupacionais, a postura acadêmica será primordial nesse momento de ensino e aprendizagem, para que haja uma relação harmoniosa entre as partes.

Nesse contexto, “é imprescindível que exista a prática do estágio supervisionado para que o aluno entenda a funcionalidade e a dinâmica do fazer profissional” aprendendo a agir nos espaços de estágio em conformidade com o que rege cada instituição e aproveitando para refletir e analisar o arcabouço técnico, metodológico, político e ético da profissão em si (LOPES, 2017, p.8).

Desse modo, a Instituição de Educação de Ensino Superior ao firmar os convênios acadêmicos para estágios deverão manter dados, contatos, e-mails e outras fontes de relacionamento sempre atualizados com seus gestores e representantes, e principalmente, aos coordenadores que receberão aos discentes em conjunto com a articulação da coordenação de Curso de Serviço Social, desta forma, o estagiário possuirá uma maior qualificação e domínio de conhecimentos em áreas específicas de seu campo de estágio.

4 SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA

Este capítulo trata e discorre sobre o contexto histórico do Centro Universitário Estácio da Amazônia como Instituição de Ensino Privada que contribui para formação dos discentes de Serviço Social.

4.1 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social (LIPPSoc) e tem como tema central o Estágio Supervisionado em Serviço Social: Mapeamento da formação acadêmica profissional dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR do período de 2016 a 2017.

Desta forma, o tema escolhido baseia-se na perspectiva de Buriolla (2011) que considera o estágio com campo de treinamento, espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social para as situações de atividades de aprendizagem profissional que se manifestam ao estagiário visando a sua formação acadêmica.

Para a análise metodológica foram consultados 7 autores que trataram sobre a metodologia científica percorrida durante o trabalho e utilizada de forma apropriada em suas colocações específicas da trajetória da pesquisa.

Esse estudo foi realizado através da pesquisa bibliográfica, onde foram selecionados autores mediante leitura que ressaltaram os pontos pertinentes ao assunto abordado, através de livros, artigos científicos, periódicos, revistas, para a seleção do material foram realizados fichamentos (SEVERINO, 2007).

A necessidade teórica para embasamentos dos questionamentos sobre estágio e como acontecem essas relações foram elaboradas por etapas de formulações dentro da perspectiva teórica de autores nesse item, especificamente, durante a pesquisa utilizou-se de livros de Buriolla e Lewgoy sobre referência em estágio supervisionado enriquecendo mais o trabalho.

Os dados coletados através da historicidade no cenário internacional e nacional foram analisados por meio de uma vasta bibliografia de autores que possuem arcabouço teórico metodológico capazes de desenvolver por meio de didáticas simples a própria história fragmentada do serviço social.

Logo, optou-se pelo método de estudo de natureza pura, não somente com o objetivo de expor essa problemática, como também buscar soluções, no decorrer da pesquisa. Conforme Gil (2012) se entende sobre pesquisa, o progresso da ciência, para que sejam desenvolvidos conhecimentos científicos sem se preocupar diretamente com aplicações e práticas dos resultados.

Portanto, a importância desse tema surgiu em decorrência do interesse em elaborar um mapeamento das áreas de atuação dos discentes em serviço social a partir da experiência vivenciada como estagiária na Coordenação do Curso de Serviço Social.

Na fase exploratória se descobriu o campo da pesquisa (THIOLLENT, 2004), como *locus* institucional a extensão do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social (LIPPSoc) e o Portal Eletrônico do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) para levantamento dos dados.

Desse modo, o conjunto dos resultados apontam e servirão para novas propostas vinculadas ao Estágio Supervisionado em Serviço Social para o Centro Universitário Estácio da Amazônia como contribuição para novos discentes em preparação para campos de estágio.

Assim, em relação aos objetivos, foi utilizada a pesquisa exploratória, com o propósito de obter um maior conhecimento e expor essa problemática com maior clareza ao decorrer da pesquisa, e ainda, aproximar o investigador do investigado (THIOLLENT, 2004).

Nesse sentido, as áreas de atuação dos estagiários foram os objetivos investigados propostos, estes que são ofertados semestralmente pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia durante o período de 2016 a 2017.

Durante a pesquisa as áreas de atuação que compõem a oferta para discentes em processo de estágio, foram identificadas 6 áreas de abrangência profissional para o assistente social, nas áreas da Assistência Social, Direitos Humanos, Educação, Educação Ambiental, Saúde e Sócio Jurídico, em termos quantitativos isso só foi possível pelas informações contidas no portal de Credenciamento de Estagiários do Conselho Federal de Assistentes Sociais de 2016 a 2017.

Conforme Severino (2007), a investigação prática é devidamente realizada em local já definido e que atenda aos objetivos propostos na pesquisa, observando fatos e coletando informações fidedignas.

Dessa forma, durante a pesquisa documental se utilizou documentos disponibilizados (PPC Plano Pedagógico do Curso, Relatórios, Atas, TCC, artigos) e trabalhados por outros pesquisadores com suas contribuições e devidamente registrados (SEVERINO, 2007).

Foram utilizados durante a pesquisa documental, esta que, assemelha-se à bibliográfica, diferenciando-se na natureza das fontes, isto é, para a bibliográfica se utiliza diversos autores sobre determinado assunto e documental se vale de materiais que receberam tratamento de análise prévio (GIL, 2012).

Durante a pesquisa documental, obteve-se autorização da Coordenação do Curso de Serviço Social para o devido acesso no Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social (LIPPSoc) para consultas documentais no próprio acervo do serviço social sobre os Projetos de Extensão (Relatórios e Atas) que perfazem campos de estágio para os acadêmicos do Centro Universitário Estácio da Amazônia e para o devido acesso ao Portal Eletrônico do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social).

Foram realizados por meio de fichamentos as citações dos autores mencionados durante a pesquisa, através da consulta bibliográfica e exploratória a utilização de 26 livros, sendo 3 deles eletrônicos, e 10 artigos científicos consultados através do banco de dados Scielo, Google Acadêmico, Revistas Eletrônicas Temporalis, Katálysis, Pensar Acadêmico, Pey Këyo Científico e Revista Ciência Et Praxis.

Na pesquisa qualitativa observou-se questões particulares, apresentando cada área de atuação do estágio (I, II, III), ou seja, campos específicos de atuação do serviço social durante o período de 2016 a 2017 (MINAYO, 2012).

E ainda, quantitativa que Michel (2009) parte do princípio de que tudo pode ser quantificável, ou seja, que opiniões, problemas, informações, serão, melhor entendidas se traduzidas em formas de números. Assim, se tratando da questão quantitativa, obteve-se informações dos dados quantitativos relacionados ao tema da pesquisa, tratando da quantidade das áreas de atuação para o Serviço Social e dessas observações enriquecer a pesquisa.

Durante a sistematização, foi realizada uma pré-análise do material coletado por meio da pesquisa bibliográfica. Os dados secundários foram armazenados por meio da categorização, separando por áreas de atuação, masculino e feminino e ainda, total de estagiários em cada área específica, através da tabulação dos dados, e que será apresentado ao fim da pesquisa por meio de tabela.

Na parte documental sobre a instituição Centro Universitário Estácio da Amazônia foram disponibilizados no acervo documental do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social (LIPPSoc) 02 documentos (Relatórios e Atas) que tratam sobre os Projetos de Extensão Universitária desenvolvidos na academia, assim como, suas ações planejadas e executadas semestralmente como campos disponíveis para estágio e ainda, a utilização do PPC (Plano Pedagógico do Curso) para sistematizar as informações da instituição e sobre o próprio curso de serviço social. E ainda, na parte documental foram analisados material de cunho histórico entre os quais, relatórios e atas sobre a Seccional do CRESS no Estado de Roraima.

Sobre as leis e regulamentações que embasam sobre estágio, política da educação, políticas públicas e a própria supervisão em estágio foram consultados em sites do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social) e ainda, as Leis de Diretrizes e Base da Educação (LDB), perfazendo a visita em 7 endereços eletrônicos.

Quanto ao universo ou população se trata do conjunto de elementos que irão compor o objeto do estudo, nesse caso, as áreas de atuação dos discentes em processo de estágio curricular obrigatório (I, II, III) e quanto à amostra não foi necessária sua utilização durante a pesquisa (VERGARA, 1997).

Classifica-se universo como pesquisa de natureza teórico-empírica, trata-se de pessoas, objetos ou eventos que possuem características comuns que os definem. Enfim, a totalidade de pessoas, objetos ou eventos que se deseja estudar e realizar sobre a qual se efetivarão generalizações (APPOLINÁRIO, 2004).

O universo desta pesquisa são as áreas de atuação dos discentes em processo de estágio curricular obrigatório em níveis (I, II, III) no período de 2016 a 2017 ofertados semestralmente pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia através das instituições públicas ou privadas conveniadas com esse propósito.

4.2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O ensino superior em Roraima foi iniciado na década de 70, sendo realizado o 1º vestibular no ano de 1973 para os cursos de Estudos Sociais e Letras, ministrados pela Universidade Federal de Santa Maria-RS, em convênio com a Secretaria de Educação do então Território Federal de Roraima. Desta forma, muitos roraimenses na busca pelo nível superior, deslocavam-se para outras Capitais com intuito da formação profissional (FMATR, 1993).

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social. Dessa forma, essa relação que ocorre entre aqueles que possuem mais riqueza social ou não, tornam-se contraditórias na realidade social capitalista, no momento em que se entende que a exploração da mão de obra acontece nas relações sociais, essa interferência ocorrerá, implicando entre as classes sociais (CFESS, 2014).

Nesse sentido, a educação de nível superior faz parte da história da Faculdade Atual da Amazônia desde março de 2001, no Colégio Colmeia na cidade de Boa Vista-RR, porém, destacando-se em 1970 como uma instituição de ensino de natureza privada, capacitando, qualificando e formando os discentes para o mercado de trabalho e produzindo conhecimentos (ESTÁCIO, 2017).

Assim, incorporada a Faculdade Atual da Amazônia, passa a fazer parte do Grupo Estácio, que com pouco mais de 40 anos não para de crescer. Desta forma, Roraima que já contava com toda a estrutura acadêmica da Atual, revela-se a maior instituição privada de ensino superior por possuir um maior número de alunos matriculados (ESTÁCIO, 2017).

Desde 2011, a Faculdade Atual da Amazônia incorporada ao Grupo Estácio de Sá do Rio de Janeiro, tem sido propositiva em implementar suas propostas acadêmico pedagógica, essa incorporação foi reconhecida pelo MEC pela Portaria nº 483, alterando a denominação de Estácio Amazônia para Faculdade Estácio da Amazônia, e que, por meio da Portaria do MEC nº 668, publicada no DOU, de 01 de julho de 2015, tornou-se Centro Universitário Estácio da Amazônia, até os dias atuais (PPC, 2017).

Nessa perspectiva, sua principal missão é a contribuição para o desenvolvimento sustentável, pela formação de profissionais capazes e cidadãos comprometidos com a região amazônica, e, permitir o diálogo e participação entre a comunidade acadêmica; a busca da qualidade e excelência relacionados à educação superior; o compromisso com o social, respeitando e valorizando; estimulando o empreendedorismo; e ainda, um fiel comprometimento e identificação na sociedade (ESTÁCIO, 2017).

O Centro Universitário Estácio da Amazônia oferta os cursos de Bacharelado em níveis presenciais e EAD (a distância) em diversas áreas profissionais: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Sistemas de Informação, Publicidade e Propaganda, Engenharia Civil, Pedagogia, Computação, Gestão Pública, Agronegócios, Gestão Ambiental, Design Gráfico, Recursos Humanos, Gestão Comercial, Enfermagem, Nutrição, Educação Física, Redes de

Computadores e de Serviço Social objeto de desenvolvimento deste trabalho (ESTÁCIO, 2017).

Conforme Lewgoy (2010) ao se referir sobre a formação profissional fala sobre a relação educação/trabalho, em vista da responsabilidade do campo educacional em atender as exigências para o mercado em obter-se profissionais criativos, informados e capacitados. A Instituição de Ensino Superior é o agente que norteará ao discente na formação acadêmica profissional de forma intelectual e pedagógica, com princípios, valores e missão, estes deverão ser atribuídos ao ensino prático de sala e na realização dos estágios. Desta forma, para que esta educação em serviço social seja reconhecida na sociedade, assegura-se na política educacional de nível superior que:

A qualidade da educação a ser assegurada, em consonância com o projeto ético-político profissional do serviço social, não se alcança como resultado da ação de um/a único/a profissional. Ela tampouco pode ser alcançada a partir de ações intencionalizadas aos estabelecimentos educacionais, muito embora elas tenham uma importante mediação para a sua efetiva vinculação aos processos concretos de vida e de formação humana dos sujeitos singulares. Portanto, os trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais contribuem para a qualidade da educação, na dimensão apresentada, na medida em que eles converjam em uma construção coletiva, profissional e política, distinta das formulações abstratas em torno da democracia e da cidadania, que impregnam não só o campo educacional. A noção de qualidade da educação ganha substância política a partir de sua vinculação aos processos de luta pela democracia e por uma cidadania plena, em função de sua nítida vinculação ao projeto de emancipação da classe trabalhadora (CFESS, 2016, p.46).

Para Lewgoy (2010), as estratégias articuladas em conjunto com os docentes e discentes perfazem a construção do conhecimento, aprofundando o arcabouço teórico metodológico para obter uma visão de mundo condizente com a realidade vivida no campo profissional. Desta forma, são os usuários do Serviço Social que passam a encontrar no atendimento qualificado nas instituições o justo acesso à garantia dos direitos sociais e humanos.

4.3 SERVIÇO SOCIAL EM RORAIMA

O Curso de Bacharelado em Serviço Social foi criado na Faculdade Atual da Amazônia no Estado de Roraima, com o objetivo de formar profissionais com qualificação para atender as demandas sociais de vulnerabilidades estaduais e municipais que o Estado enfrentava nesse ciclo social o qual o país enfrentava. Ocuparam-se, os primeiros profissionais formados em Serviço Social nas áreas da saúde, assistência social, previdência e em empresas públicas e privadas.

Conforme Lewgoy (2010, p.54) “a competência está em permanente construção”, ganha sentido com educação e assume representatividade na profissão, pois o assistente social, deverá definir a necessidade de apontar o objeto de sua intervenção e isso, somente ocorre, de forma adequada em sua relação com a totalidade dos fenômenos humanos e sociais, esse conhecimento se dá a partir da teoria em relação à prática profissional.

Nesse sentido, com as transformações ocorridas no cenário brasileiro em face do crescimento industrial, a necessidade de uma leitura social nessa nova realidade no Estado de Roraima acarretou o estudo social e teórico para novas demandas que se apresentavam nos diversos segmentos sociais, exigindo um profissional capaz de realizar essa ação, desenvolvendo suas habilidades e competências na leitura dessa realidade nos espaços sócio ocupacionais que foram criados.

Desta forma, “compete à academia, em conjunto com a ABEPSS e com o conjunto CFESS/CRESS em instâncias regionais, encaminhar propostas que tenham por objetivo colher entre os parceiros” tipos de instrumento utilizado para intervenções profissionais e como serão utilizados e formas de utilização para o assistente social no exercício profissional (SANTOS, 2010, p.97-98)

Em face dessa nova perspectiva em solo roraimense, a Instituição de Ensino Estácio da Amazônia através da criação do Curso de Bacharelado em Serviço Social viabilizando a oportunidade de formação desse profissional, que entendesse de Gestão, Políticas Públicas, Recursos Humanos, Administração, entre outros, para atender ao município e ao Estado nas esferas públicas e privadas e em empresas não governamentais.

Nesse sentido, “os convênios passaram a constituir-se num dispositivo normativo, com o indicativo de os campos de estágio terem responsabilidades em prover as condições adequadas ao estágio, bem como a liberação do supervisor para as atividades decorrentes”. Assim, caberá a instituição de ensino encaminhar e acompanhar o estágio prático de seus alunos, através de programas e planejamento de trabalho com os supervisores de sala, de campo e de estágio (LEWGOY, 2010, p.102).

Os primeiros convênios de estágios da instituição, foram realizados com a UFRR e o SEBRAE, posterior, instituições de iniciativas públicas e privadas, atualmente, o Centro Universitário Estácio da Amazônia encaminha estagiários para instituições, como: Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), ONGS, Secretaria Municipal de Gestão Social (SMGES), Universidade Federal

de Roraima (UFRR), Polícia Militar (SAS), IFRR (Instituto Federal de Roraima), Sesc, Senac, Tribunal de Justiça, entre outras (PPC, 2017).

Por conseguinte, o paradigma teórico que dá sustentação aos processos de trabalho dos assistentes sociais é aquele que irá determinar o conteúdo do Estudo Social. Isto é, os movimentos de tese, antítese e síntese, para ir à essência do fenômeno, tanto para desvendar o objeto na vida dos sujeitos, como para superá-lo. O seu conteúdo deve privilegiar um domínio dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, na operacionalização do Método Dialético Materialista através da metodologia da prática Dialética. É nesse sentido, que o ato investigativo que está na essência dos processos de trabalho dos assistentes sociais se vincula ao objetivo a que se propõe (TÜRCK, 2012, p.52).

Através do Plano Pedagógico previsto no Curso de Bacharelado em Serviço Social, a necessidade de projetar e instigar a ser um profissional dinâmico com conhecimento teórico e prático, que elabore e realiza pesquisas, que domine e articule nessa atmosfera de áreas inerentes à Questão Social, objeto de estudo do profissional assistente social, planejando programas e projetos sociais através do ensino/aprendizagem para a realidade contemporânea e que estejam envolvidos na defesa de uma sociedade mais justa.

A contemporaneidade, período marcado por grandes transformações e avanços de quase todas as ordens, em especial os científicos e tecnológicos, constitui um período histórico fortemente caracterizado por tensões e antagonismos que se expressam mais do que nunca nas relações sociais, na economia, na política, na cultura, nos valores, nas instituições e na construção das identidades individuais e coletivas que se refletem e fazem-se refletir na educação. Tais transformações expressam-se tanto na esfera da interação e inter-relação homem-meio na cotidianidade da sua prática, destacando-se o mundo do trabalho, como também, na esfera daquilo que se projeta para as sociedades na tentativa de torná-la qualitativamente melhor - a Educação, visto que, é a partir dela que se visa promover e assegurar as transformações pensadas e projetadas pelas outras esferas (SANTOS, 2011, p.4).

Dessa forma, o CRESS (2008) informa que Art. 1º. As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita.

Nessa perspectiva, a estrutura organizacional e instrumental funcionaria com o registro dos devidos campos para estagiários, com endereços e contatos, deverão constar nome, registro dos profissionais supervisores acadêmicos e de campo e identificação dos estagiários

em um formulário proposto pela instituição de ensino como forma de ter à disposição para consultas de forma periódica e de fácil acesso para posteriores consultas.

No Estado de Roraima, na cidade de Boa Vista especificamente, funciona a Seccional do Conselho Regional do Serviço Social 15ª Região AM/RR, sendo regulamentado pela Lei 8.662/93 como personalidade jurídica de direito público com jurisdição nos Estados do Amazonas e Roraima. Neste intuito, dota-se de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal de Serviço Social.

Nesse órgão, estão devidamente cadastrados e registrados, todos os assistentes sociais atuantes profissionalmente no Estado, este Conselho, fiscaliza junto as instituições o andamento das respectivas formalizações de supervisores em serviço social, se estão respeitando as devidas cargas horárias dos profissionais, assim como, o quantitativo de alunos supervisionados em campos de estágio.

Em meio ao fortalecimento do movimento sindical dos assistentes sociais, a partir de 1979, com a criação do CENEAS (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e, posteriormente, da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais) em 1983, iniciou-se um processo de politização das entidades da categoria, repercutindo, inclusive, na esfera dos conselhos de fiscalização da profissão (SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, 1996, p.174).

Seu objetivo básico está no disciplinamento, orientação, fiscalização e defesa do exercício da profissão de assistente social em seu âmbito de jurisdição de acordo com os princípios e normas do conjunto CFESS/CRESS.

Desse modo, para compreensão do funcionamento do CRESS/AM-RR 15ª Região em sua estrutura organizacional administrativa foi necessário apresentar em forma de quadro de evolução histórica sua participação ativa e de grande importância para estagiários e profissionais de serviço social.

Quadro 6 - Evolução histórica sobre o CRESS Seccional AM/RR 15ª Região

ANO	NOMENCLATURA	DIRETORIA
1980	Delegacia Seccional em Roraima	Resolução 02/80
1981-1984	Núcleo-Pró Associação de Assistentes Sociais	Coordenadora, Secretária e Tesoureira
1985-1987	APAS-RR Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Roraima	Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Tesoureiro, 1º e 2º Secretário, Diretor Social, Diretor de Programações Técnicas, 3 membros efetivos e 3 membros suplentes

*1986-1987	Alteração da composição da diretoria entre os meses de fevereiro a dezembro	Delegada, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
1987-1990	CRESS 15ª Região AM/Seccional RR	
1988-1991	APAS-RR Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Roraima	Coordenadora, Secretária, Tesoureira
1991-1993	APAS-RR Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Roraima	Coordenadora, Tesoureira
1993-1996	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
1996-1999	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
1999-2002	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
2002-2005	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
*2004	Alteração da composição da diretoria	Coordenadora e Suplentes
2005-2008	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
*2005-2008	Alteração da composição da diretoria	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, Suplentes
2008-2011	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
2011-2014	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 2 Suplentes
2014-2017	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes
2017-2020	CRESS Seccional 15ª Região AM/RR	Coordenadora, Secretária, Tesoureira, 3 Suplentes

Adaptado (2018) Fonte: Seccional CRESS AM/RR 15ª Região

Observa-se que o Quadro 6 apresenta a partir da Resolução nº 02/80 que o CRAS Conselho Regional de Assistentes Sociais 1ª Região (Belém-Pará) criou a Delegacia Seccional em Boa Vista Roraima em abril de 1980.

Nessa perspectiva, segue-se uma ordem cronológica de identificação de Nomenclaturas que perfizeram a história da Seccional CRESS AM/RR 15ª Região e sua composição de Diretoria, conforme análise documental, e que durante os anos de 1981 a 1984 foi chamada de Núcleo Pró Associação de Assistentes Sociais composto por Coordenadora, Secretária e Tesoureira no antigo Território do Estado de Roraima. As ações deste Núcleo voltavam-se para elevação da categoria profissional por organização, representação e estudo e ainda, subsidiavam elaboração da política social.

Conforme documentação analisada, já havia a existência do Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) 1ª Região que abrangia toda a Região da Amazônia e que contava

com 6 Delegacias: Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e Santarém, e que, segundo os registros, havia muita dificuldade entre as partes para se comunicarem com frequência, dificultando o trabalho muitas vezes por falta de recursos suficientes para locomoção de seus filiados.

De 1985 a 1987 com a denominação de APAS-RR Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Roraima em sua primeira composição possuía Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiros, 1º e 2º Secretários, Diretor Social, Diretor de Programações Técnicas e o Conselho Fiscal composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, observa-se que no ano de 1986 a 1987 a composição da Diretoria sofreu alteração passando a ter somente Delegada, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes.

Em 16 de dezembro de 1986 ocorreu uma reunião na Fundação Brasileira de Assistência (LBA) no antigo Território Federal de Roraima para eleição de renovação do Conselho Pleno e Suplentes para o triênio 1987-1990.

No dia 10 de abril de 1990 ocorreu na cidade de Boa Vista-RR uma reunião para realização de eleição de renovação do Conselho Pleno e suplentes do Conselho Federal/Regional e Seccional de Assistentes Sociais para o triênio 1990-1992.

Com base em análise do Ofício nº 001/90 funcionava a Delegacia do Conselho Regional dos Assistentes Sociais de Roraima e a Associação Profissional dos Assistentes Sociais em conjunto nos anos de 1990.

No período de 1988 a 1991 como APAS-RR Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Roraima a Diretoria era composta somente por Coordenadora, Secretária e Tesoureira, não foi identificado mais nenhum membro nesta gestão.

Entre 1991 a 1993 ainda como APAS-RR Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Roraima a composição da Diretoria era composta somente por Coordenadora, e Tesoureira, não sendo identificado mais nenhum membro.

No ano de 1993 pela Resolução 8.662/93 foi criado o CRESS Conselho Regional de Serviço Social, que nomeava a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região como responsável em administrar no município de Boa Vista o Serviço Social em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social-CFESS.

De 1993 a 1996 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes.

Entre 1996 a 1999 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes.

No período de 1999 a 2002 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes.

De 2002 a 2005 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes, mas que sofreu alteração em sua composição no ano de 2004 passando a ter somente Coordenadora e Suplentes, o quantitativo não foi identificado.

Entre 2005 a 2008 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes, mas que sofreu alteração em sua composição nesta gestão, mudando Coordenadora, Secretária, Tesoureira e Suplentes, o quantitativo não foi identificado.

No período de 2008 a 2011 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes.

Na gestão 2011 a 2014 a Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 2 Suplentes.

De 2014 a 2017 a gestão da Seccional CRESS AM/RR 15ª Região era composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes.

Observou-se que até a presente gestão 2017-2020, a composição gestora, se mantém consolidada com os objetivos vinculados ao conjunto CRESS/CFESS, acrescentando Membros para Conselho Fiscal em relação às gestões anteriores a esta, não havia essa organização plena na Seccional de Roraima.

Na composição da Gestão 2017 a 2020 esta Seccional CRESS AM/RR 15ª Região atualmente é composta por Coordenadora, Secretária, Tesoureira e 3 Suplentes que atuam ativamente para consolidação e respeito ao Projeto Ético Político profissional.

Em termos gerais a composição do CRESS 15ª Região AM/RR se constitui por Presidente, Vice-Presidente, Secretários, Tesoureiros, Membros do Conselho Fiscal e Membros Suplentes, que cumprirão seus mandatos por três anos.

Nessa perspectiva, as Seccionais são constituídas pelo CRESS 15ª Região AM/RR por Coordenador, Secretário, Tesoureiro e Membros Suplentes, estes, formados por Assistentes

Sociais da jurisdição respectivamente em acordo com o Código Eleitoral por igual tempo de três anos em seus mandatos.

Dessa forma, a dimensão que marca o desenvolvimento do serviço social no Centro Universitário Estácio da Amazônia está amplamente atualizada com o projeto ético político da profissão, preparando no município de Boa Vista, profissionais para atuarem na dinâmica da gestão democrática em todos os níveis e esferas de atuação profissional, sejam elas na saúde, educação, meio ambiente, sócio jurídico, direitos humanos, assessorias e gestão e demais áreas profissionais.

4.3.1 Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Prática Social – (LIPPSoc)

Para a ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2008), é necessária a articulação no ensino superior no que tange, desenvolver a qualidade para formação crítica interligando o acadêmico aos elementos nos contextos sociais, isto é, abrangendo ensino, pesquisa e extensão, em segmentos sociais diferenciados entre si, contudo, em campos diversificados à prática de ensino e pesquisa, estimulando sempre a investigação à novas descobertas nos campos científicos sociais.

No Centro Universitário Estácio da Amazônia, a Extensão Universitária ocorre como um processo que educa e que estimula ao estudo científico relacionando e articulando ensino, pesquisa e extensão, afirmando o compromisso com o processo pedagógico do curso, e que venha favorecer a leitura acadêmica da realidade vigente e promover a participação da comunidade em um processo dinâmico (PPC, 2017).

Nessa proposta, a Extensão Universitária como a ABEPSS norteia, é o processo educativo, cultural e científico que articula esses eixos do Ensino e Pesquisa de forma indissociável ao Centro Universitário Estácio da Amazônia assim como à própria sociedade que ganha novas estratégias para combate e enfrentamento da questão social envolvida na realidade e ainda propõe ao acadêmico criar instrumentos durante o processo de descobertas que viabilizem respostas para atuação profissional no decorrer do estágio curricular obrigatório.

Conforme Moraes (2016, p.601) “o movimento inverso ao que a realidade impõe, há um compromisso ético-político”, ou seja, ao profissional que assume essa profissão, deve ser culto, crítico, e comprometido com a sociedade, decifrando diversas realidades sociais e investigá-las no intuito de desenvolver suas ações profissionais.

Objetivando, estimulando e propiciando a investigação acadêmica aos estudos inerentes aos contextos sociais econômicos, culturais, políticos, ambiental, educativos que

envolvam e que seja referente a encontrar formas de propor uma construção sólida para embasamento no confronto teoria e prática ao acadêmico durante o processo de aprendizado no curso de serviço social.

A formação competente é aquela que conhece o mercado de trabalho, mas que não se limita a ele. É nessa direção que caminham as novas diretrizes curriculares. A formação profissional deve oferecer um conjunto de referências aos alunos que incorpore o conhecimento das exigências postas, mas que seja mais vasto ao que ele instrumentaliza, de imediato, na sua intervenção profissional, antecipando demandas. Daí a importância de pesquisas que se voltem para o exercício profissional e para as requisições do mercado. É urgente a necessidade de se conhecer a intervenção do Serviço Social, incluindo os instrumentos necessários a essa intervenção (SANTOS, 2010, p.96).

O Centro Universitário Estácio da Amazônia promove a Extensão no ensino superior como processo educativo, cultural e científico, oportunizando acadêmicos e a comunidade a participar ativamente nas ações de cunho social. Isso ocorre para desenvolver através das temáticas observadas para atuação em níveis práticos entre a comunidade adjacentes e o envolvimento prático para os acadêmicos.

Salientando-se que os primeiros modelos de extensão possuíam características com ações missionárias e filantrópicas, assistência aos pobres, e que a partir de sua evolução no contexto mundial assume caráter de prestação de serviços técnicos, cursos profissionalizantes, entre outras metodologias (ROCHA, 2001).

Para Nogueira (2001, p.57), “a Extensão é resgatada como meio da Universidade cumprir sua função social”, surgindo na Inglaterra no século XIX vinculada a ideia de Educação Continuada e que no Brasil as primeiras experiências voltavam-se a prestação de serviços na área rural na década de 20 por meio da assistência técnica aos agricultores.

Sendo transformado em estágio obrigatório, a princípio na área da saúde na década de 60, por meio de projetos governamentais, partindo das primeiras conscientizações à população sobre seus direitos e posteriormente, além de pertencer ao estágio curricular, integra-se Ensino e Extensão, a primeira política de Extensão Universitária no Brasil ocorre no ano de 1975 através do MEC (NOGUEIRA, 2001).

Foi a partir dos anos de 2013, que os Projetos de Extensão na área do Serviço Social foram desenvolvidos para que recebessem os estagiários em período de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social no Centro Universitário Estácio da Amazônia, nos eixos do Serviço Social na Educação, Educação Ambiental, Direitos Humanos e Sócio Jurídico, articulados com as determinações do Projeto Ético Político profissional.

4.3.1.1 Projeto de Extensão Serviço Social na Educação-PROESSE

No ano de 2013, o Projeto de Extensão Serviço Social na Educação-PROESSE, foi desenvolvido com o objetivo de sensibilizar aos alunos sobre prevenção dos riscos da Gravidez na Adolescência, assim como, conduzir a outros eixos temáticos trabalhados durante o processo escolar por meio de palestras, oficinas, dramatização, compondo a articulação dos estagiários nesse processo do desenvolvimento comportamental dos adolescentes, como meio eficaz, para que eles saibam como agir diante de situações semelhantes das quais possam enfrentar na adolescência (PROESSE, 2013).

Durante os anos de 2014, 2015 e 2016, este projeto foi sendo desenvolvido de forma semestral com os estagiários de serviço social de forma que os resultados esperados na escola parceira fossem positivos, sendo coordenadas as ações com o foco em conscientizar aos alunos à prevenção de fatores como violência contra eles, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, dentre outros (PROESSE, 2014-2016).

Compõe ainda, para este núcleo objetivar, sensibilizar e informar aos alunos em escolas próximas ao campus do Centro Universitário Estácio da Amazônia, através de oficinas em salas de aula, sobre os temas atuais da sociedade, de maneira lúdica ou teórica, abrangendo aspectos comportamentais relacionados à Educação (PROESSE, 2017).

No ano de 2017, suas propostas como parte do aprendizado acadêmico contribuem e somam-se de forma significativa para o desenvolvimento social da comunidade e das 7 estagiárias em níveis (II, III) de estágio, com ações que visam a integração através de grupos de estudos, leituras, debates entre o grupo e ainda, realiza atividades durante a terça-feira com o público do EJA (Educação para Jovens e Adultos) na Escola Prof. Raimunda Nonata Freitas Silva localizada no bairro Santa Tereza no turno da noite, inclusive, com ações interventivas e encaminhamentos a redes sócio assistenciais.

4.3.1.2 Projeto de Extensão Serviço Social Educação Ambiental-PROSSEA

As atividades deste núcleo de extensão iniciaram-se no ano de 2013, com o objetivo de propor a Educação Ambiental, por meio das ações sócio educativas e identificar formas de manejo dos recursos naturais e reciclagem. Entre as propostas fundamentadas e previstas foram: a divulgação na comunidade; palestra nas escolas; oficinas; interação com os demais projetos entre outros eixos, visando a conservação e preservação do meio ambiente (PROSSEA, 2013).

Durante os anos de 2014, 2015 e 2016 o processo educativo nessa temática trouxe benefícios aos estagiários ao que tange sobre obter conhecimento no desenvolvimento de ações na área da Educação Ambiental (PROSSEA, 2014-2016).

No ano de 2017, este projeto de extensão, vivencia a parceria com a Base Aérea de Boa Vista desenvolvendo atividades, preventivas e educativas com a Associação de Catadores Terra Viva no bairro Nova Cidade, e conta com a presença de 5 estagiárias em níveis (I, II, III) de estágio curricular obrigatório, este núcleo desenvolve ações que capacitam a população para o manejo de resíduos e criação de materiais retirados do lixo para reaproveitamento como fonte de renda (PROSSEA, 2017).

Assim, sobre a educação ambiental, este núcleo desenvolve temáticas em todos os níveis de ensino, com a comunidade, capacitando para a defesa do meio ambiente e propondo direcionar esta prática educativa e de preservação ambiental em suas ações.

E ainda, estimula aos estagiários, ao contato e diálogo com a realidade às expressões da questão social neste segmento, e apresentando diferentes tipos de intervenção nos ambientes públicos e privados, através de projetos que definam esta finalidade na área da Educação Ambiental, promovendo ações que influenciem em mudanças positivas e propositivas para a sociedade.

4.3.1.3 Projeto de Extensão Serviço Social Direitos Humanos - PROESSDH

Iniciado durante o ano de 2013, o Projeto de Extensão Serviço Social Direitos Humanos-PROESSDH, trata-se de um acolhimento e atendimento humanizado, objetivando ação interventiva à garantia dos direitos humanos e não revitimização de crianças e adolescentes (PROESSDH, 2013).

Suas ações compunham entre as atividades sócio educativas, visitas domiciliares, atendimento social nos anos de 2014, 2015 e 2016, sendo acompanhadas pelos estagiários na perspectiva do atendimento humanizado e garantia dos direitos em conformidade com o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), (PROESSDH, 2014-2016).

No ano de 2017, este núcleo possui parceria com o Conselho Tutelar Municipal e com o Conselho da Criança e dos Adolescentes e conta com a presença de 7 estagiárias nos níveis (I, II, III) de estágio curricular obrigatório, promovendo oficinas, palestras, eventos e desenvolvimento científico em suas ações coletivas.

Dispõe ainda, de atividades empresariais, assessoria, consultoria e prestação de serviço relacionados ao contexto dos direitos humanos e ainda, oferta de cursos e eventos destinados aos Conselheiros Tutelares (PROESSDH, 2017).

4.2.1.4 Projeto de Extensão Núcleo Sócio Jurídico-NSJ

Iniciado no ano de 2013, o Projeto de Extensão Núcleo Sócio Jurídico-NSJ com propostas de realizar estudos sociais, coletar informações e pareceres da área de sua competência, com atendimento social na defesa e garantia de direitos da família, e ainda, a realização de visitas a instituições tais como: Viva Comunidade, Centro de Atenção à Pessoa Idosa, DDIJ (Delegacia de Defesa da Infância e Juventude) e Ação Comunitária em Escolas (NSJ, 2013).

Suas ações decorrentes durante os anos de 2014, 2015 e 2016 abrangendo a oferta de atendimentos à comunidade através de encaminhamentos a Rede Sócio Assistencial, acompanhamentos, participação nas conciliações e atendimentos sociais, ao público adjacente ao campus do Centro Universitário Estácio da Amazônia, assim como, de bairros mais afastados, na perspectiva da garantia dos direitos sociais, através de visitas e ações que beneficiem a população, suas ações sociais contam com parceria do Curso de Direito (NSJ, 2014-2016).

A articulação dos estagiários nesse projeto durante o processo de aprendizado foi através das orientações de Benefício de Prestação Continuada (BPC); atividades com idosos do Projeto Municipal Cabelos de Prata, Feira das Profissões, Apoio à Penas Alternativas.

Em 2017, esse núcleo, contou com a presença de 8 estagiárias nos níveis (I, II, III) de estágio curricular obrigatório em processo de aprendizagem para deciframento e leitura das expressões da questão social nesta temática e abordagem, e ainda, palestras educativas, a ação para atendimentos de guarda e pensão alimentícia e orientação jurídica quanto a divisão de bens (NSJ, 2017).

4.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DE 2016 A 2017

Entender como acontece o processo de estágio supervisionado curricular obrigatório durante o período acadêmico, que normalmente acontece entre os 5º, 6º e 7º semestre, se indaga, para onde serão alocados cada discente durante esses períodos para cumprimento de carga horária curricular obrigatória de estágio?

Preocupando-se com essa questão em particular, o Centro Universitário Estácio da Amazônia, atualmente, dispõe de parcerias com instituições públicas e privadas conveniadas para suprir essa necessidade de encaminhar os discentes em processo de estágio curricular obrigatório em níveis I, II e III, amparados por leis específicas de estágio reconhecidas nacionalmente.

A universidade deve contribuir para que os profissionais originários dela não se afastem, mas retornem a ela, agora de forma diferenciada, também como formadores e informadores. Dessa forma, a instituição de ensino no período de estágio obrigatório, disponibiliza em instituições que mantem convênios para receber os estagiários, assim, a inserção deste futuro profissional no mercado de trabalho é maior e suas possibilidades profissionais se adequarão ao perfil exigido (SANTOS, 2010).

Nesse sentido, “o ensino de Serviço Social pela sua complexidade representa um constante desafio para as Unidades de Ensino”, desta forma, é importante que para a formação profissional do assistente social participar da leitura vivenciada nos espaços sócio ocupacionais, não é, meramente cumprimento de carga horária para os estagiários, mas, um compromisso com a sociedade na formação de profissionais aptos a esse contexto (GRACIANO, 2015, p.48).

O Bacharel em Serviço Social deverá ser preparado para atuar no exercício profissional em áreas diversificadas mais que correspondam e que sejam inerentes ao trato das expressões da questão social, nos âmbitos da saúde, previdência social, assistência social, casas de acolhimento, abrigos, docência, hospitais, escolas e entre outros locais, e ainda, como gestores de instituições públicas e privadas, elaborando projetos e programas sociais, conselhos de direitos, conselhos de saúde, tribunais de justiça, sistemas “S”, etc.

A crescente importância que vem assumindo a interdisciplinaridade, tendo em vista a particularidade da sociedade brasileira em relação às expressões da questão social, e, conseqüentemente, as exigências para fazer frente às mesmas, vêm sendo respondidas pelos programas, ao manterem em seus quadros profissionais com formação diversificada, favorecendo a formação de pesquisadores e professores em uma visão de totalidade e competentes para enfrentar os graves desafios atuais internos às universidades e externos que recaem sobre a sociedade brasileira. Esse enfrentamento, no âmbito da formação pós-graduada, especialmente pelo corpo docente, passa por manter o rigor do método crítico e consolidar posturas coletivas e democráticas no espaço acadêmico (TEIXEIRA GARCIA, 2017, p.152).

O Estágio Supervisionado é requisito legal para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, constitui, dentro das atividades curriculares, uma atividade obrigatória para o exercício da prática profissional, sua duração é de 176 horas práticas e 88 horas teóricas por

semestre, subdivido em 3 semestres, equivalendo a carga horária total de 792 horas, em conformidade com as Diretrizes Curriculares do curso.

Nessa perspectiva, “a interface da formação com o exercício profissional, destaca-se o incremento significativo do número de profissionais no mercado de trabalho, gerando a necessidade de monitoramento com relação à inserção no mercado de trabalho desses profissionais, às condições de trabalho e à respectiva remuneração”, isto é, se observa a insuficiência de profissionais com a mesma formação de graduação em serviço social, em outros segmentos, ou seja, em áreas específicas de atuação (LEWGOY, 2016, p.44).

Ao referir-se ao campo de estágio obrigatório, a oferta é existente abrangendo a livre escolha do discente para a área que deseja ir para a prática, no entanto, a instituição oferta internamente, os projetos de extensão nas áreas da educação, meio ambiente, sócio jurídico e direitos humanos, sendo que, a supervisão caberá ao docente de sala de aula e ao profissional de campo sobre este acadêmico, devidamente registrados no CRESS.

Nesse sentido, “é no cotidiano que a particularidade do homem se produz e reproduz, mas é na genericidade que o cotidiano se transforma”. Desta forma, a supervisão colabora no aspecto dessa formação especificamente, nas situações que são vivenciadas dos estagiários nos espaços sócio institucionais e ocupacionais, o que implica nessa percepção para melhorar o aprendizado através da realidade vivenciada (GUIMARÃES, 2016, p.373).

Desta forma, no Centro Universitário Estácio da Amazônia a contribuição profissional acadêmica faz jus a realidade vivenciada no município de Boa Vista e as expectativas acompanham o direcionamento profissional ao que é inerente às transformações cotidianas para a sociedade roraimense nas áreas da saúde, educação, meio ambiente, gestão, sócio jurídico, entre outros.

Nessa proposta, a pesquisa foi desenvolvida com o intuito de elaborar um mapeamento da formação acadêmica profissional dos discentes do curso de bacharelado em serviço social entre 2016 a 2017, objetivando apresentar as áreas de atuação do profissional assistente social em pleno exercício de suas funções.

O material analisado permitiu sistematizar as informações inerentes ao contexto de áreas de atuação profissional do assistente social, assim como identificar as instituições que recebem os estagiários em períodos de estágio curricular obrigatório.

O mapeamento dessas áreas de atuação assim como das Instituições que recebem os estagiários respectivamente distribuídos e que representam e compõem na oferta semestral de campos de estágio.

Quadro 7 - Mapeamento identificado por área de atuação e Instituição 2016 a 2017

Área de Atuação do Serviço Social	Instituição Principal	Instituição Representativa
Assistência Social	SEMGES, SETRABES, Base Aérea de Boa Vista	CRAS, CREAS, Casa de Acolhimento do Idoso, Rede Cidadania, Ouvidoria do Estado de RR, Base Aérea de Boa Vista, Sesc, CHAME.
Direitos Humanos	Projeto de Extensão Serviço Social Direitos Humanos-PROESSDH	Centro Universitário Estácio da Amazônia
Educação Ambiental	Projeto de Extensão Serviço Social e Educação Ambiental-PROSSEA	Centro Universitário Estácio da Amazônia
Educação	Projeto de Extensão Serviço Social e Educação-PROESSE e Coordenação do Curso de Serviço Social	Centro Universitário Estácio da Amazônia, UFRR, IFRR.
Saúde	SESAU, SEMSA, UFRR, IFRR	Hospital Geral de RR, Policlínica Cosme e Silva, Maternidade Nossa Senhora de Nazareth, Hospital Coronel Mota, Hemocentro de RR, UBS, CAPS, IFRR, UFRR;
Sócio Jurídico	Projeto de Extensão Serviço Social no Sócio Jurídico NSJ e Tribunal	Centro Universitário Estácio da Amazônia e TJ/RR.

	de Justiça do Estado de RR.	
--	-----------------------------	--

Autoria Própria/2017

Conforme Quadro 7 elaborado para uma melhor identificação dos campos de atuação do assistente social, a consolidação dos dados prevaleceu a maior porcentagem de estagiários (as) com 50% na área da Assistência Social de representação, sendo 47 estagiárias do sexo feminino e 02 do sexo masculino, estes estagiários (as) compõem as Secretarias de Gestão Municipal Social nos CRAS e CREAS, pelo Setrabes nas Casa de Acolhimento do Idoso e Rede Cidadania e ainda na Base Aérea de Boa Vista, desenvolvendo atividades na Ouvidoria do Estado de Roraima, Sesc e no CHAME, na área dos Direitos Humanos com 7% sendo 7 as estagiárias do sexo feminino desenvolvendo atividades em parceria com o Conselho da Criança e Adolescente na defesa e garantia dos Direitos Humanos no Centro Universitário Estácio da Amazônia, na Educação compõe a representação de 11% com 11 estagiárias do sexo feminino desenvolvido as atividades no Centro Universitário Estácio da Amazônia e ainda, na UFRR e IFRR, na área da Educação Ambiental com 5% de representação, compõem 5 estagiárias do sexo feminino, as atividades são realizadas no Centro Universitário Estácio da Amazônia, na área da Saúde com 19% de representação formados por 19 estagiárias do sexo feminino, as atividades são desenvolvidas nos Hospitais, Maternidades, UBS, CAPS, IFRR, UFRR e na área Sócio Jurídico 8% sendo 8 estagiárias do sexo feminino, as atividades são realizadas no Centro Universitário Estácio da Amazônia e no Tribunal de Justiça de Roraima.

TABELA 1 – Áreas de atuação dos discentes de serviço social 2016 a 2017

		2016.1			2016.2			2017.1			2017.2		
ÁREAS DE ATUAÇÃO		M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
1	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	40	40	0	34	34	4	57	61	2	47	49
2	DIREITOS HUMANOS	1	14	15	0	7	7	1	4	5	0	7	7
3	EDUCAÇÃO	0	42	42	0	24	24	2	21	23	0	11	11
4	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	0	21	21	1	14	15	0	10	10	0	5	5
5	SAÚDE	0	10	10	2	20	22	1	18	19	0	19	19

6	SÓCIO JURÍDICO	3	10	13	2	8	10	2	15	17	0	8	8
	TOTAL	4	137	141	5	107	112	10	125	135	2	97	99
		2,84%	97,16%	100,00%	4,46%	95,54%	100,00%	7,41%	92,59%	100,00%	2,02%	97,98%	100,00%

FONTE: CFESS/CRESS 15ª REGIÃO (CADASTRO DE CAMPOS DE ESTÁGIO) /2016-2017

Observou-se como resultado conforme a Tabela 1 para áreas de atuação profissional no município de Boa Vista-RR no período de 2016 a 2017, a área de atuação da Assistência Social (50%) com maior predominância, seguidas das áreas da Saúde (19%), Educação (11%), Educação Ambiental (5%), Sócio Jurídico (8%) e por fim, Direitos Humanos (7%).

Na leitura da Tabela 1 baseando-se como ponto de referência o período acadêmico 2017.2, compreende-se como uma das áreas de maior abrangência de atuação profissional do Assistente Social é na área da Assistência Social com representatividade de 50% (N=51) dessa totalidade, foram identificados 47 estagiárias do sexo feminino e 02 do sexo masculino, em se comparação com os anos de 2017.1 onde 57 estagiárias do sexo feminino e 4 do sexo masculino, em 2016.2 o quantitativo era de 34 estagiárias nessa área do sexo feminino e 2016.1 o total era de 40 estagiárias neste campo de atuação, observou-se para esta área de atuação da Assistência Social uma média equivalente aos anos comparados, dá-se ao fato de que esta área de atuação abrange a maior concentração de campo de estágio pois, lida diretamente com as Políticas Públicas no âmbito da assistência, há uma oferta expressiva nesse campo para os estagiários (as) visto que, há uma procura maior nesse campo, pela oportunidade em lidar com várias expressões da questão social em uma visibilidade maior para os discentes em período de estágio obrigatório.

A representatividade na área da Assistência Social está vinculada pela Gestão Municipal através da SEMGES (Secretaria Municipal de Gestão Social), isto é, abrange os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), os CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) contribuindo significativamente para a sociedade realizando atendimentos diários através de encaminhamentos aos usuários para redes sócio assistenciais do município de Boa Vista (RR).

A ideia de rede na área social, leva-nos a pensar na articulação entre organizações assistenciais (estatais e privadas) que oferecem serviços e desenvolvem programas sociais aos diversos segmentos da população. Buscando atender as necessidades decorrentes da questão social, geradas pela estrutura socioeconômica do país que repercutem na vida da população. Esta rede, ao desenvolver suas ações, deve se pautar na integração e informação, procurando atingir a totalidade social (OLIVEIRA, 2004, p.43).

Nesse sentido de buscar obter conhecimentos diversificados postos em prática pelos discentes nessa área, ocorre em função desse amplo leque de atividades desenvolvidas pelo assistente social na assistência social através dessas instituições com Programas Sociais, Encaminhamentos, Palestras, Dinâmicas Grupais entre outras ações.

Existe ainda, parceria com SETRABES (Secretaria do Estado de Trabalho e Bem-Estar Social) que compõe diversos espaços na esfera estadual como Abrigos, Rede Cidadania, Casa do Idoso, mas, que os profissionais assistentes sociais ocupam a maioria desses espaços por meio de processos seletivos o que não configura a sequência do mesmo estagiário nesse campo.

Ainda, na Assistência Social temos a Ouvidoria do Estado de Roraima que articula juntamente com o SETRABES nas ações na área da assistência social com a Caravana do Povo realizando ações sociais em diversas áreas sociais de abrangência em todo território estadual, contudo, os estagiários são limitados a estarem atuantes somente no espaço do próprio município, o que desperdiça mais campos para estágios, esse quesito, é norteado pela Lei de Estágio Nacional que predispõe essas condições, por questões de seguros aos discentes e outras razões.

O convênio com Base Aérea de Boa Vista no âmbito da assistência social contempla ações internas do assistente social em caráter restrito às forças armadas, com ações articuladoras que visem no trato da questão social de forma interna e restrita nesse espaço com os próprios militares, com suas próprias particulares e segmentos regimentais.

Reconhece-se a importância do CHAME (Centro Humanitário de Apoio a Mulher) como aspecto relevante social para o discente em processo de formação, pois neste espaço, a expressão da questão social são indicadas principalmente, pela Violência Contra a Mulher, o papel social do profissional neste campo, visa o enfrentamento e humanização às vítimas da violência contra a mulher.

Ressalta-se a importância do SESC (Serviço Social do Comércio) na área da assistência social com ações beneficiadoras às famílias em vulnerabilidades sociais na sua grande maioria que participam das propostas com atividades coletivas com outras instituições parceiras, pelo nível de abrangência dessa Instituição, o quantitativo de estagiários inseridos é pequeno pela representatividade que abrange em território municipal e estadual, alguns estagiários adentram nessa instituição por meio de processo seletivo promovidos pela própria instituição.

No município de Boa Vista (RR), uma grande maioria dos profissionais Assistentes Sociais são vinculados na área da Assistência Social por meio de processos seletivos em âmbito municipal e estadual, dificultando o vínculo para outro semestre com o mesmo estagiário, pois nem mesmo (o profissional) tem como saber se continuará naquela instituição ou não.

Vale a pena destacar que algumas questões burocráticas não dependem somente da Academia em disponibilizar esses campos de forma contínua e quantitativa aos discentes, mesmo possuindo um vínculo de convênio com suas representantes nessa área de abrangência social, o fator principal e que dificulta o não atendimento ao discente por esse campo é que dependem das Secretarias Gestoras para liberarem aos profissionais assistentes sociais inseridos nessas áreas para receberem dado número estipulado de estagiário para cada local e profissional.

Para a atuação do assistente social na área da saúde em 2017.2 com representatividade de 19% (N=20) sendo 19 estagiárias do sexo feminino, em comparação com o período de 2017.1 onde se tem o quantitativo de 19 estagiários (as) sendo 18 do sexo feminino e 01 do sexo masculino, no período de 2016.2 tivemos 20 estagiárias do sexo feminino e 02 do sexo masculino e em 2016.1 eram 10 estagiárias do sexo feminino, observou-se um equilíbrio quantitativo nesse campo nos períodos analisados, sobre este campo é importante frisar que foi a partir da Resolução nº218 de 6/3/1997 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que se reconhece a categoria de assistentes sociais como profissionais de saúde. A Resolução CFESS nº383 de 29/03/1999 caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Sendo assim, foi a partir da Reforma Sanitária que o trabalho do assistente social ganhou espaço nessa área, das condições de trabalho à formação profissional, entre as influências teóricas e outras vertentes, pelo seu envolvimento com os demais profissionais da saúde e movimentos sociais (CFESS, 2009).

Sua articulação nesta área, especificamente, compreende na demanda de selecionar socioeconomicamente os usuários, encaminhamentos psicossociais e ao assistencialismo visto como direito do cidadão, ainda, trabalha em conjunto muitas vezes por equipe multiprofissional, atendimento ao usuário na atenção (básica, média e alta complexidade). Dessa forma, os principais campos nesta área, se identificam por postos de saúde (UBS); centros de saúde (centros de referências especializados); policlínicas (públicas ou privadas); institutos (públicos ou privados); maternidades (públicas ou privadas); hospitais gerais (emergência e especializados) nas esferas Federal, Estadual e Municipal de abrangência; Hemocentros, CAPS, entre seus objetivos de atuação nessa área, estão nas ações para garantir e democratizar as

informações via orientações ou encaminhamentos quanto aos direitos sociais na área da saúde dentre outras ações (CFESS, 2009).

Na proposta de atuação profissional na área da Educação em 2017.2 a representatividade foi de 11% (N=11) sendo 11 estagiárias do sexo feminino, em comparação com 2017.1 onde o total era de 23 estagiários (as) sendo 21 do sexo feminino e 02 do sexo masculino, relativo ao período de 2016.2 onde se tinha 24 estagiárias do sexo feminino que comparado a 2016.1 houve uma redução significativa em termos quantitativos, pois se tinha 42 estagiárias nesse período de sexo feminino, levando em consideração que essa área de atuação compreendia-se em 2 turnos respectivamente no Projeto de Extensão Serviço Social na Educação-PROESSE, sendo assim, o profissional que atua nessa área exerce sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade e ainda, uma amplitude de possibilidades de atuação e está inserido nas esferas públicas e privadas de âmbito educacionais.

Na Política da Educação, em níveis e modalidades: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, desenvolvendo programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a burguesia educacional (CFESS, 2012).

Os assistentes sociais operam diretamente com as políticas, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública, e de organização e execução das políticas, programas e projetos de concessão de bolsas, na esfera privada empresarial e filantrópica; nos estabelecimentos privados, as ações possuem pouco suporte institucional, porém, a ação profissional não deve ser conduzida, desvinculada das dimensões ética, política e teórica, independente, do estabelecimento educacional (CFESS, 2012).

Na atualidade, na área da Educação, a oferta para estágio nessa área acontece no Centro Universitário Estácio da Amazônia por meio do Projeto de Extensão Serviço Social e Educação (PROESSE) com desenvolvimento de atividades de cunho pedagógicas na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com Escolas públicas parceiras e ainda, contempla na área da Gestão de Educação de Nível Superior na própria Coordenação do Curso de Serviço Social.

Para o campo de atuação no Sócio Jurídico em 2017.2, a representatividade alcançou 8% (N=8) sendo 08 estagiárias do sexo feminino onde houve uma redução em

comparação ao período de 2017.1 onde se tinha 17 estagiários (as) sendo 15 do sexo feminino e 02 do sexo masculino, que comparado com o período de 2016.2 houve um aumento pois se tinha 10 estagiários (as) 08 do sexo feminino e 02 masculinos e que relacionado ao período de 2016.1 com 13 estagiários (as) sendo 10 do sexo feminino e 03 do sexo masculino a redução foi bem mais significativa. Nesse sentido, entende-se por campos no Sócio Jurídico os espaços sócios institucionais como: Tribunais de Justiça; Ministério Público; Sistema Prisional, Secretarias Estaduais de Justiça e medidas socioeducativas (CFESS, 2014).

A priori para o profissional Assistente Social nessa área contempla a intervenção no universo do jurídico abrangendo direitos, direitos humanos, direitos reclamáveis, acesso a direitos via Judiciário e Penitenciário (BORGIANI, 2004). Desse modo, o Centro Universitário Estácio da Amazônia, atualmente, dispõe através do Projeto de Extensão Núcleo Sócio Jurídico (NSJ) em parceria com o Curso de Direito e Instituição Tribunal de Justiça de Roraima.

Suas ações voltam-se para o trabalho e execução de ações pelos diversos interesses e segmentos de classe, articulando-as com as políticas sociais, utilizando-se do estudo social como instrumento para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupos (MIOTO, 2001).

Na perspectiva de atuação na Educação Ambiental em 2017.2 com representatividade de 5% (N=5) sendo 05 estagiárias do sexo feminino, em comparação com o período de 2017.1 houve uma redução pois se tinha 10 estagiárias do sexo feminino nesse período, que relacionado a 2016.2 a redução foi menor ainda, pois se tinha 15 estagiários (as) sendo 14 do sexo feminino e 01 do sexo masculino e que em 2016.1 o quantitativo de estagiários (as) eram de 21 do sexo feminino, nesse contexto da Educação Ambiental, o objeto de intervenção continua sendo a questão social, contudo, com ações voltadas para questões ambientais, na abrangência social de moradia, saneamento, alimentação e outros fatores que influenciam no trato da preservação ambiental de forma que a garantia da qualidade de vida à população seja o objetivo. Sendo assim, cabe ao profissional dessa área em específico, conhecer as leis ambientais em todas as esferas públicas para que sejam norteadas suas ações.

Atualmente, o Centro Universitário Estácio da Amazônia oferta esse campo de estágio através do Projeto de Extensão Serviço Social Educação Ambiental (PROSSEA) como eixo que articula em conjunto com a comunidade as ações na área ambiental proporcionando um aprendizado prático aos discentes ao que tange sobre Educação Ambiental.

Na área dos Direitos Humanos a representatividade em 2017.2 foi de 7% (N=7) sendo 07 estagiárias do sexo feminino, em comparação com 2017.1 foram de 05 estagiários (as) sendo 04 do sexo masculino e 01 do sexo feminino, que comparado ao período de 2016.2 foram 07 estagiárias do sexo feminino, que comparado a 2016.1 a redução foi expressiva pois se tinha nesse período a presença de 15 estagiários (as) sendo 14 do sexo feminino e 01 do sexo masculino, sendo assim, atualmente, se articulam no Projeto de Extensão Serviço Social Direitos Humanos (PROESSDH) com a parceria com o Conselho da Criança e Adolescente com propostas que visem a defesa e garantia na área dos Direitos Humanos a esse público.

5 CONCLUSÃO

O foco deste estudo foi apresentar sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social: Mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no município de Boa Vista-RR no período de 2016 a 2017.

Sendo assim, destaca-se que os objetivos específicos deste trabalho foram atendidos integralmente, o primeiro objetivo pretendia abordar sobre o Serviço Social e sua Institucionalização perfazendo através de uma ordem cronológica do Serviço Social, a contextualização histórica do Serviço Social no cenário internacional e nacional das origens até a contemporaneidade, reconhecendo a importância do Curso de Serviço Social e suas implicações no campo da Política Pública de Educação no Brasil e como resultado apreendeu-se sobre a importância do Serviço Social para a sociedade no contexto social, político, econômico, cultural e educacional.

No segundo objetivo, a importância do Estágio Supervisionado em Serviço Social e suas Particularidades desde a regulamentação da profissão e do estágio propriamente dito, a compreensão do Estágio Supervisionado no Brasil e as relações com instituições e discentes de serviço social, e os resultados foram abrangentes neste, uma vez, que se reconheceu os percursos dos Códigos de Ética da profissão em vários contextos sociais no Brasil até os dias atuais com a efetivação do Projeto Ético Político profissional.

No terceiro objetivo, apresentou o Serviço Social no Centro Universitário Estácio da Amazônia, no percurso histórico institucional, a apresentação dos Projetos de Extensão em Serviço Social e os campos de atuação para Estágio Obrigatório foco deste estudo, e os resultados foram, que o Centro Universitário Estácio da Amazônia contribui de forma positiva para a formação acadêmica profissional dos discentes em Serviço Social a partir de sua inserção em Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social.

Desse modo, reitera-se que o objetivo geral deste trabalho, foi efetivamente atendido, tendo em vista que, a contribuição do Centro Universitário Estácio da Amazônia é geradora de profissionais qualificados e aptos para competir no mercado de trabalho, na perspectiva interventiva para o Serviço Social, nas áreas em que esta profissão é inserida, como Assistência Social, Educação, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Sócio Jurídico, Agricultura, preparando-os para lidar com as expressões e refrações da questão social, que se apresentam através da violência contra a mulher, falta de moradia, violência urbana, violência contra a criança e adolescente, descaso com o meio ambiente, violência contra pessoa idosa e

pessoa com deficiência, população de rua e nesse aspecto, prepara-os para lidar diretamente com as Políticas Públicas e Sociais que contemplam a cada cidadão na perspectiva de Direito em sua efetivação e pela violação perpetradas pelo usuário, nas instituições públicas e privadas.

Feito essas considerações, recomenda-se como sugestões que o Curso de Serviço Social do Centro Universitário Estácio da Amazônia propicie oficinas temáticas sobre Estágio Supervisionado, apresentando material acadêmico sobre os campos de atuação oferecidos pela Instituição de Ensino, para um melhor desempenho profissional a partir do 1º semestre e que, a partir desses Encontros, exemplificar e destacar a importância da postura ética, desde o início do 1º semestre, através de práticas pedagógicas e dinâmicas em equipe e desenvolvimento comunitário, e respeito aos profissionais internos e externos das instituições, que promovam aos discentes a participarem por um dia, nos Projetos de Extensão no Centro Universitário Estácio da Amazônia como ouvintes, como estímulo para futuras escolhas de campo de atuação.

Desse modo, orientá-los com maior visibilidade sobre atuação profissional das referidas áreas de atuação identificadas como campo profissional para o assistente social, através de cartilhas, manuais, folders, banners, visitas externas às Instituições conveniadas para reconhecimento dos discentes do campo institucional, e ainda, deixando oportunizar-se para os docentes, a apresentação de seus trabalhos desenvolvidos e propostas educativas dos Projetos de Extensão às turmas de 1º, 2º e 3º semestre para esclarecimentos e dúvidas como troca de experiências pessoais e educativas.

Assim, direcionando-se aos discentes em finalização de estágio, que apresentem seus campos de estágio de forma lúdica ou como melhor convier para as turmas de 1º, 2º e 3º semestre, despertando interesse pela área apresentada para que, se promova para os discentes, os campos de estágio com menor visibilidade no mercado como Assessorias, Consultorias, Gestão e Previdência Social e que seja, explanado com maior divulgação sobre como preencher o Termo de Estágio Curricular Obrigatório e que se propicie um espaço adequado para esclarecimentos ao que se refere sobre Estágio Supervisionado no próprio eixo do Serviço Social.

Além disso, verifica-se que há possibilidades que esse tema de pesquisa possa vir a ser aprofundado por meio de novas pesquisas, por isso, sugere-se que os próximos trabalhos de conclusão de curso abordem sobre de que forma os profissionais Assistentes Sociais têm contribuído para a formação acadêmica dos futuros profissionais em Serviço Social no município de Boa Vista-RR.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Márcia Oliveira. **Desafios históricos do Serviço Social** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Metodologia do Serviço Social). Biblioteca Virtual da Estácio.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004, 300 p.
- BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORTOLOTTI, Karen Fernanda. **História da Educação no Brasil**. Editora Universidade Estácio de Sá. 2014.
- BORGIANI, Elizabete. **Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social**. In: CRESS/7ª região (org.). **Em foco: O serviço Social e sistema sóciojurídico**. Rio de Janeiro, CRESS/7 Região, PPGSS/UERJ, nº2, 2004.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista editado por Tom Bottomore**. Editora: @zahar.com.br. Rio de Janeiro, RJ. Edição: Abril/2013 Edição digital: ISBN: 978-85-378-0611-1, para notas de rodapé.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR, 2008.
- BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais no sócio jurídico subsídios para reflexão**. Brasília (DF). 2014.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Novembro. 2009.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf acesso: 22 de agosto de 2017.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf acesso: 22 de agosto de 2017.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf acesso: 17 de agosto de 2017.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> acesso: 17 de agosto de 2017.
- CORREA NETTO, E. **Profissão: assistente social**. [on line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010. 280p. scielo.books.
- ESTÁCIO. Centro Universitário Estácio da Amazônia. <http://portal.estacio.br/unidades/centro-universitario-estacio-amazonia/extensao> acesso: 23 de agosto de 2017.

ESTÁCIO. Centro Universitário Estácio da Amazônia. **PPC Plano Pedagógico do Curso**. 2017

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

FÁVERO, Eunice Teresinha (org.). **O Serviço Social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FMATR Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. **Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico para o desenvolvimento**. Roraima: Ambtec, 1993.

FREIRE, Lúcia M.B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs.). **Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. 3 ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. – 6 ed. – reimp. – São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRACIANO, Camila Silva Machado; QUEIROZ, Adriana de Souza Lima; SOUZA, Evana Barros Pereira. **Estágio supervisionado, formação e trabalho profissional: Limites e possibilidades para a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social**. **REVISTA CIÊNCIA ET PRAXIS**, [S.l.], v. 8, n. 16, p. 45-50, abr. 2017. ISSN1983912X. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2222/1207>>. Acesso em: 14 Ago. 2017.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARAES, Gleny Terezinha Duro; MARTINS, Paulo Roberto. **Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana**. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 370-379, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802016000300370&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00007>.

HOBBSBAWN, Erik J. **A Era das revoluções: Europa 1789-1848**, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Tem, 1977.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital, financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **O Projeto de Formação em Serviço Social: Análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016**. **Temporalis**. Brasília (DF). ano 16 n.32.jul/dez/2016.

- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LOPES, Maria Gracileide Alberto; COSTA, Nathanne Andreanne Rosa. **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: um relato de vivência no projeto de extensão do núcleo sociojurídico do Centro Universitário Estácio da Amazônia em Boa Vista-RR**. *Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico*, v. 2, n. 1, 2017.
- MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARQUES, Adriana Aparecida F. **Ética Profissional**. Rio de Janeiro: SESES, 2015. Livro da Estácio.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MIRALVA da Silva, Maisa, Bilemjian Ribeiro, Eleusa, **Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social**. *Revista Katálisis* [en línea] 2016, 19 (Octubre-Diciembre) : [Fecha de consulta: 21 de agosto de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179649079004>> ISSN
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa: Teoria, método e criatividade**. Vozes, 2012.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo**. In: *Serviço Social & Sociedade*, ano XXII, n.67, 2001.
- MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MORAES, Carlos Antonio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p.587607, dez. 2016.Disponívelem<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282016000300587&lng=pt&nrm=iso>.acessoem 09 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.087>.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. *Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. 1999.
- PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola. 6 ed. 2003.
- PIANA, Maria Cristina. [on line]. **A Construção do Perfil do Assistente Social no cenário educacional**. Scielo.books. Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMOS, Adriana; DOS SANTOS, Francine Helfreich Coutinho. **ARTICULAÇÃO ENTRE SUPERVISÃO DE CAMPO E ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL**. *Temporalis*, [S.l.], v. 16, n. 31, p. 281-304, fev. 2017. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://www.publicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/12301>>. Acesso em: 21 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p281-304>.

RODRIGUES, Verônica da Mata Huebra; LOPES, Noêmia de Fátima Silva. **O trabalho do Serviço Social e a articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.** *Revista Pensar Acadêmico*, v. 13, n. 2, p. 85-100, 2017.

ROSA, Bárbara Oliveira et al. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM GRAMSCI: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL.** *CAMINE: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education*, v. 9, n. 1, p. 36-56, 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Lumen Juris Ltda. 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil.** v.6. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques; VIVAS, Maria Izabel; SILVA, Iza Angélica. XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. II Congresso Internacional IGLU. **Educação Superior, Políticas Públicas e Contemporaneidade: o desafio da inclusão social.** 2011. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/25903> acesso: 08 de setembro de 2017.

SANTOS, Nilza Pinheiro dos; OLIVEIRA, Izabel Cristina Gigliogi de; BONALUME, Bruna Carolina. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: da formação ao exercício profissional.** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Formação Profissional em Serviço Social).

SAVIANI, Dermeval, 1944. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 12 ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea)

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Antônio Joaquim Severino-23. ed. rev. e atual-São Paulo: Cortez, 2007.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Ano XVII. N 50-abril 1996. São Paulo. Cortez Editora.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira (coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Angela Maria Pereira da. **Instrumentalidade e Instrumentais Técnicos do Serviço Social.** [livro eletrônico]. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Série Formação Profissional). Biblioteca Virtual da Estácio.

SOUZA, Daniele Graciane de; MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Capital, Trabalho e Serviço Social.** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Metodologia do Serviço social). Biblioteca Virtual da Estácio.

TIOLLETH, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** Michel Thiollent-13, ed. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção temas básicas de pesquisa-ação.

TEIXEIRA GARCIA, Maria Lúcia, Ribeiro Nogueira, Vera Maria. **Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes.** *Revista Katálisis* [en linea] 2017, 20 (Mayo-Agosto) : [Fecha de consulta: 15 de agosto de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179651590002>> ISSN

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social: Os Processos de Trabalho dos Assistentes Sociais Elaboração de Documentação: Implementação e Aplicabilidade.** 3 ed. Porto Alegre: Graturck, 2012.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXOS

Estácio**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ESTÁCIO DA AMAZÔNIA****Curso de Serviço Social****TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO DE AUTORIA**

Eu, **ELISEANE CARDOSO MOURA**, matrícula nº 201502147378 declaro, para os devidos fins de direito, que o trabalho de conclusão de curso a monografia intitulada **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: Mapeamento das áreas de atuação dos discentes do Centro Universitário Estácio da Amazônia no Município de Boa Vista-RR no período de 2016 a 2017** é de minha autoria, tendo sido elaborado com a observância ao princípio do respeito aos direitos autorais de terceiros e em conformidade às normas estabelecidas no Manual de Normas para a Estrutura Formal de Trabalhos Científicos do Centro Universitário Estácio da Amazônia sob orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro.

Declaro ainda que as citações e referências foram elaboradas à luz das normas da ABNT.

Estou ciente, outrossim, de que o plágio ou a adoção de qualquer outro meio ilícito, na confecção de trabalhos acadêmicos configura fraude, possível de sanções, conforme as normas internas do Nome da IES, das quais também declaro ter plena ciência.

Ademais, tenho conhecimento de que, eventualmente, o professor orientador poderá exigir-me uma verificação adicional de conhecimento sobre o tema do artigo científico como condição para a aprovação da disciplina.

Declaro, por fim, que tenho conhecimento de que o plágio constitui crime previsto no art. 184 do Código Brasileiro e que arcarei com todas as implicações civis, criminais e administrativas caso incorra nesta prática.

Nome: **ELISEANE CARDOSO MOURA**

Matrícula: **201502147378**

Boa Vista-RR, 18 de abril de 2018.